

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DA
ESTRUTURA DE CONSUMO E DA EVOLUÇÃO DO
PODER DE COMPRA DOS BENEFICIÁRIOS
(2004-2010)**

GRACIELE PEREIRA GUEDES
matrícula nº: 108018731

ORIENTADOR(A): Prof^ª. Valéria Lúcia Pero

JANEIRO 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DA
ESTRUTURA DE CONSUMO E DA EVOLUÇÃO DO
PODER DE COMPRA DOS BENEFICIÁRIOS
(2004-2010)**

GRACIELE PEREIRA GUEDES
matrícula nº: 108018731

ORIENTADOR(A): Prof^ª. Valéria Lúcia Pero

JANEIRO 2012

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a minha família, que me apoiou durante toda minha educação, aos meus amigos, em especial àqueles que me acompanharam durante a faculdade. Agradeço também a todos os professores que fizeram parte de minha vida acadêmica, em especial a minha orientadora, Prof^a Valéria Lúcia Pero, pela paciência, compreensão e ajuda durante a produção deste trabalho. E a todos estes dedico este trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

É tema corrente na literatura e no contexto político o impacto dos chamados Programas de Transferência de Renda nas condições de vida daqueles que se adequam às exigibilidades de tais Programas. Neste artigo serão analisados os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a estrutura de consumo de seus beneficiários e também a evolução do poder de compra do benefício entre 2004 e 2010.

Palavras-Chave: Programas de Transferência de Renda, Programa Bolsa Família, Consumo, Poder de Compra.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IE	Instituto de Economia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PBA	Programa Bolsa Alimentação
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.	12
I.1 - HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL	12
I.2 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	19
I.3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE.....	21
CAPÍTULO II - IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A ESTRUTURA E NÍVEIS DE CONSUMO DOS BENEFICIÁRIOS.	24
II.1 - PERSPECTIVA TEÓRICA QUANTO AO AUMENTO AO IMPACTO DA RENDA DISPONÍVEL SOBRE O CONSUMO	24
II.2 - ANÁLISES PRECEDENTES QUANTO AO EFETO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE O CONSUMO DE SEUS BENEFICIÁRIOS.....	25
II.3 IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O CONSUMO DE SEUS BENEFICIÁRIOS.....	27
CAPÍTULO III - EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	34
III.1- METODOLOGIA.....	34
III.2 - EVOLUÇÃO DOS VALORES DE REPASSE DO PBF E DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA (2004-2010).....	35
III.3 - COMPARAÇÃO ENTRE A EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO EM RELAÇÃO AO VALOR DA CESTA BÁSICA.....	41
III.4 COMPARAÇÃO COM O BPC.....	48
III.5 CÁLCULO DO ÍNDICE DE PODER DE COMPRA PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PBF.....	49
III.6 - ANÁLISE CONJUNTA DOS DADOS.....	50
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
ANEXO 1.....	57

INTRODUÇÃO

A opção pelos programas de transferência de renda focalizados como forma de minimização da pobreza vem se tornando corrente no Brasil. O estudo do impacto de tais programas sobre as condições de vida dos beneficiários se mostra significativa a partir da análise da literatura sobre redução da desigualdade nos últimos anos no Brasil. SOARES et al. (2006) apontam o Programa Bolsa Família (PBF) como responsável por 21% da redução do Gini no período 1995-2004. Esta contribuição é considerável se observarmos que os dois Programas de Transferência de Renda existentes na atualidade (o PBF e o BPC) representavam em 2004 apenas 0,82% da renda total das famílias, tendo tal valor sido ampliado para 1,5% em 2009, segundo dados da PNAD.

Segundo Comunicado do IPEA (2010) referente às primeiras análises da PNAD 2009, o PBF contribuiu com -0,142 da variação do coeficiente de Gini em 2007-2008 e com -0,057 para o período 2008-2009.

Um ponto importante da avaliação de programas de transferência de renda é que além de impactos diretos sobre seus beneficiários, ligados às condicionalidades¹, eles também apresentam efeitos indiretos, como uma elevação nos níveis de bem-estar das famílias beneficiadas. É possível que o incremento no consumo dessas famílias via renda de programas de transferência contribua positivamente para os níveis de bem-estar, representando um “alívio” imediato sobre a pobreza.

OLIVEIRA E RESENDE (2008) ressaltam a importância da análise do consumo das famílias na medida em que seu aumento e diversidade contribuem para a construção de uma “infra-estrutura” doméstica, que, por sua vez, permite o cumprimento das condicionalidades. E assim, considerados de forma abrangente, tais programas de transferência de renda teriam a capacidade de promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias e para a construção de meios e condições para que estas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

¹ As condicionalidades são: a realização de exames pré-natal (para as gestantes), o acompanhamento médico periódico para atualização de vacinas e manutenção de peso e altura adequados (para crianças de 0 a 6 anos) e a matrícula regular e frequência de no mínimo 85% das aulas no ensino fundamental (para as crianças de 7 a 15 anos). Para os jovens que serão incluídos no programa, a condicionalidade é frequentar no mínimo 75% das aulas do curso em que estão matriculados (no ensino fundamental ou médio).

De uma perspectiva keynesiana, é razoável a hipótese de que o aumento da renda disponível devido aos programas de transferência de renda elevará o gasto interno; hipótese essa que se torna ainda mais válida se tomarmos em consideração que os beneficiários de tais programas são famílias em baixa faixa de renda, sendo as atuais faixas de renda para o PBF de R\$70,00 per capita no caso da linha de extrema pobreza e R\$ 140,00 per capita no caso da linha de pobreza, e de um quarto do salário mínimo per capita no caso dos beneficiários do BPC. Segundo MARQUES (2004), no caso de transferências de renda às famílias, o consumo será tanto maior quanto também maior for a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade. No caso da população alvo do Bolsa Família, principalmente junto às famílias definidas como extremamente pobres, a propensão marginal a consumir é das mais elevadas, quando não "igual" a 1.

Entretanto, ATTANAZZO E MESNARD (2005) afirmam que tal hipótese não deve ser tomada como tão evidente à primeira vista. Primeiro, a renda disponível não necessariamente cresce no mesmo montante que o valor recebido se as condicionalidades impostas pelo programa reduzem alguns componentes de renda. Segundo, não necessariamente todo o valor do benefício é gasto correntemente - uma parte pode ser poupada, usada para a liquidação de débitos correntes, ou investido em atividades produtivas.

Com intuito de contribuir para esta literatura, o objetivo principal da monografia é analisar em que medida a renda proporcionada pelos benefícios está sendo utilizada com respeito ao consumo, e se esta tem impacto sobre os gastos correntes das famílias.

Assim sendo, o presente trabalho se divide em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo se atém a um breve histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, com foco no Programa Bolsa Família; o Capítulo 2, com base na literatura existente sobre o tema, busca mostrar como se estrutura o consumo dos beneficiários e corroborar a hipótese dos efeitos positivos que os Programas de Transferência de renda representam sobre os níveis de consumo de seus beneficiários; e o terceiro Capítulo, analisa a evolução do número de beneficiários e do montante de recursos do Programa Bolsa Família nos diferentes estados do país no período 2004 a 2010, com desagregação posterior para alguns municípios de cada estado do país. Em sequência avalia-se a evolução do poder de compra do benefício

com base em dados da cesta básica alimentar, calculada pelo DIEESE, para 16 das capitais brasileiras. Por fim, apresentam-se os principais resultados do trabalho.

CAPÍTULO I- EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Este capítulo busca remontar as origens dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, que na atualidade têm como seu principal representante o Programa Bolsa Família. Em sequência é dada especial atenção a este Programa bem como aos principais resultados em termos de queda dos níveis de pobreza e desigualdade vinculados a este Programa, em coordenação com a literatura recente.

I.1 Histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil

É consenso na literatura que o Brasil é um país marcado por altos níveis de desigualdade, manifestos nos mais variados índices de mensuração da desigualdade de renda. Entretanto, a despeito deste diagnóstico consensual, a política social brasileira foi durante décadas relegada à interesse secundário no que diz respeito à ação política. Tornou-se crença, em especial nas décadas de 1960 e 1970, que, uma vez alcançadas altas taxas de crescimento, a redução dos níveis de desigualdade e pobreza viria a reboque do processo de crescimento. Sendo assim, o foco político deveria ser o crescimento econômico, o que fez com que a discussão sobre política social no Brasil não tivesse a devida importância num país com tantos contrastes socioeconômicos.

A década de 1970 marca a adoção do primeiro programa de transferência de renda focalizado nos mais pobres no Brasil. Este programa, o atual BPC, que tinha como foco idosos e deficientes físicos com insuficiência de renda, era marcado pela pouca visibilidade e pela cobertura bastante limitada de sua população-alvo.

Segundo ROCHA (2007) é a partir do final da década de 1980 que se tornam mais frequentes as propostas de implementação de mecanismos de transferência de renda. A importância de políticas direcionadas à redução da pobreza e desigualdade no país ganhou voz em um ambiente macroeconômico desfavorável – baixas taxas de crescimento, altas taxas de inflação e persistência dos níveis de desigualdade. Fazia-se necessária a implantação de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e desigualdade. Passou-se a defender, e neste processo o clamor popular também se fez

presente, que o combate à pobreza promovido por políticas específicas não precisava estar submetido ao crescimento econômico.

De acordo com LAVINAS (2004), a mudança no escopo da política social no Brasil ocorreu inicialmente por força da Constituição de 1988, ratificada pela Lei Orgânica da Seguridade Social em 1993, que assegurou, a título não-contributivo, que todos indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos e todos portadores de deficiência física com renda familiar per capita igual ou menor a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo teriam direito a um benefício cujo valor estaria vinculado à integralidade do salário mínimo. Desta forma, os benefícios não-contributivos, até então marcados pela pouca expressividade, ganharam escala, em especial por seu atrelamento ao salário mínimo como regra de reajuste, o que se mostrou significativo também nos anos subsequentes por seu impacto em termos de queda na desigualdade.

O início da década de 1990 foi marcado pela retração dos gastos com Política Social durante o governo do ex-presidente Fernando Collor. PERO (2011) aponta que diante do quadro macroeconômico perverso em que se encontrava o país no início da década as políticas de cunho contracionista focadas, entre outros, na redução do gasto público ganharam força. Neste cenário os gastos sociais também foram comprimidos em prol dos objetivos políticos de combate à inflação. Ponto marcante do período, mostra representativa do descaso com que ainda era tratada a política social no Brasil, foi o encerramento de quase todos os programas de alimentação e nutrição em 1990, em que a justificativa para tanto consistia na alegação de que estes programas eram marcados pela ineficiência e ineficácia

A política social volta a ganhar importância no Brasil no Governo Fernando Henrique Cardoso nos moldes dos programas de transferência de renda focalizados nos mais pobres. Visando à eficiência e eficácia, que tradicionalmente foram pontos falhos na política social brasileira, estes programas, guiados por critérios de elegibilidade, são marcados pela busca dos “mais pobres” dentre os pobres.

Os proponentes a beneficiários deveriam cumprir os critérios de exigibilidade dos Programas, a saber: renda familiar per capita igual ou inferior ao teto pré-exigido e, em alguns casos, a também existência de crianças e jovens até certa faixa etária na família. E uma vez beneficiários deveriam também estar submetidos às condicionalidades do Programa. Segundo Pero e Szerman (2010), estas

condicionalidades podem ser entendidas de duas diferentes formas; de uma perspectiva liberal e de uma perspectiva social-democrata. De acordo com a primeira perspectiva, as condicionalidades podem ser enxergadas como a contrapartida que o beneficiário deve a sociedade para merecer a ajuda da mesma, enquanto da perspectiva social-democrata seriam elas a forma encontrada para se garantir o acesso aos princípios universais, como educação.

A pobreza no longo prazo seria então combatida a partir do investimento em capital humano, viabilizado pelo cumprimento das condicionalidades, abrindo caminho para romper as barreiras das desigualdades de oportunidades. A marca da pobreza é a existência de um ciclo vicioso em que a pobreza se reproduz intergeracionalmente. Filhos de pais pobres tendem a ser pobres, pois, assim como seus pais, não têm acesso aos bancos escolares, uma vez que precisam gerar fonte de renda complementar de suas famílias. A condicionalidade de frequência escolar mínima, entendida como uma forma de assegurar que as crianças mais pobres tivessem acesso à escola, e assim, aprimorassem seu capital humano, é a forma de, no longo prazo, romper a barreira de pobreza.

Sobre a opção pelos programas de transferência direta de renda focalizados nos mais pobres LAVINAS (2004) defende que, a despeito dos preceitos universalizantes assumidos pela Constituição Cidadã, caminhou-se em direção contrária e em certa medida contraditória aos princípios de uma política universal:

“Os programas de transferência direta de renda no Brasil mesclam propostas contraditórias, nem sempre complementares. Têm perfil residual, e fazem do combate à pobreza e da promoção da inclusão, meta de curto prazo, dissociada de uma política de garantia de renda efetiva, de efeito anti-cíclico e redistributivo, elemento constitutivo, porém nem de longe exclusivo, de um sistema de proteção social universal (...) A questão da pobreza só aparece como questão social na América Latina mais recentemente, e parece reforçar um enfoque cada vez mais distante daquele, universalista, que presidiu à reestruturação dos sistemas de proteção social europeus do pós-guerra.”

De fato, embora passível de críticas, como já mencionado, o modelo de proteção social adotado a partir na década de 1990 no governo Fernando Henrique é aquele baseado na focalização dos mais pobres, em que a assistência está sujeita à insuficiência de renda e posteriormente ao cumprimento das exigências impostas pelas condicionalidades.

Os Programas criados a partir desta década podem, segundo ROCHA (2008), ser caracterizados como os “novos” Programas de Transferência de Renda no âmbito da Proteção Social brasileira, em que o adjetivo “novos” é tomado em oposição àquele no âmbito da LOAS. Tal distinção, muito embora tanto o benefício no âmbito da LOAS quanto os demais Programas tenham foco nos mais pobres, pode ser feita a partir dos critérios de elegibilidade e do valor do benefício destes Programas.

O BPC se caracteriza por ser um direito garantido constitucionalmente – em sua atual concepção todo idoso (indivíduo de 65 anos de idade ou mais), e todo portador de algum tipo de deficiência física cuja renda familiar per capita seja igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo pode receber o benefício. Já os “novos” Programas, estes não se caracterizam como um direito; aqueles que atendem aos critérios de insuficiência de renda e/ou existência de determinado número de crianças e/ou jovens no domicílio são apenas elegíveis ao benefício, sem garantia expressa, muito menos constitucional, de efetivo recebimento. Esta seria apenas a forma encontrada para se “organizar a fila”. Ademais, outro aspecto que distingue os “novos” Programas daquele garantido pela Constituição Cidadã é o fato daquele ter regra clara e definida de reajustamento – o benefício está vinculado ao salário mínimo-, enquanto os demais não possuem regra explícita de reajuste, sendo então baseados em certo grau de arbitrariedade, em objetivos políticos e submetidos às restrições monetária e fiscal. Segundo Pero e Szman (2010), esse novo desenho da política social de combate à pobreza marcam uma nova geração de programas sociais no Brasil.

O primeiro dos “novos” Programas de Transferência de Renda para os mais pobres no Brasil foi o Bolsa-Escola, em 1995, articulado no bojo do debate sobre renda mínima no Brasil. Na década de 1990 ganhou força a proposta de Renda Mínima do senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo. A proposta original consistia em um imposto de renda negativo de 30% para todos os indivíduos a partir de determinada idade que ganhassem menos de dois salários mínimos. A partir deste desenho foram apontadas novas propostas para o programa de renda mínima a ser implementado, em que ganhou destaque a proposta de José Marcio Camargo, da PUC-RJ. Este defendia que o programa de renda mínima deveria estar vinculado à educação dos filhos. Assim, toda família com filhos em idade escolar regularmente inscritos em escolas públicas receberia o equivalente a um salário mínimo. A partir deste novo desenho para o

Programa de renda mínima foi implementado em Campinas, em 1993, e no Distrito Federal, em 1994, o Programa Bolsa Escola Municipal.

O Programa ganhou visibilidade, o que posteriormente teve como consequência a implantação do mesmo por outros municípios e Unidades da Federação, que não necessariamente reuniam as características orçamentária e operacional necessárias à sua implantação. Diante da expansão do Programa e da evidência de que os requisitos a que o sucesso de sua implementação estava condicionado não necessariamente existiam, o Governo Federal, a partir de 1997, concedeu aos municípios que de forma voluntária quisessem implementar o Bolsa-Escola a possibilidade de arcar com 50% dos gastos com o pagamento dos benefícios. Os resultados dessa medida foram baixa adesão dos municípios e os mais diversos problemas operacionais.

Uma vez fracassada a primeira tentativa de participação do Governo Federal na implantação do Bolsa-Escola nas municipalidade brasileiras o Governo Federal toma nova atitude em relação ao Programa em 2001; este assume 100% das necessidades de financiamento do Bolsa-Escola. Cria-se então o Programa Bolsa-Escola federal. Entretanto, o cadastramento, seleção de beneficiários e provimento de infraestrutura para cumprimento das contrapartidas locais continuaram a cargo das municipalidades.

O Bolsa-Escola tornava elegíveis os domicílios de renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e que possuíssem crianças de 6 a 15 anos. O foco nas crianças se justifica na evidência de que no caso brasileiro as crianças estão sobrerrepresentadas nas famílias mais pobres. Tal focalização era justificada ainda por permitir que se reduzissem as perspectivas de pobreza futura. O benefício era de R\$ 15,00 por crianças, limitado ao número de três benefícios por família, R\$ 45,00.

A experiência com programas de transferência de renda direta teve continuidade ainda no Governo Fernando Henrique na forma de outros Programas, todos com foco nos mais pobres, a saber: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.

O PETI, criado em 1996, foi o primeiro Programa Federal de Transferência direta de renda. Objetivava à redução do trabalho infantil e à melhora da frequência escolar. Tinha como foco as crianças que se enquadravam em atividades laborais de risco, com a exigência de que essas crianças não trabalhassem durante o Programa e de

que também frequentassem as atividades pós-escolares. PERO (2011) aponta que o PETI possuiu uma característica inovadora e única ao apresentar também intervenções no lado da oferta. Para que as exigências de frequência escolar tanto nas atividades regulares quanto na jornada ampliada fossem cumpridas os municípios passaram a ter como papel criar, expandir e melhorar as atividades de extensão, aulas de reforço, transporte, alimentação e recreação.

O Bolsa-Alimentação, criado em 2001, direcionava-se, a exemplo do Bolsa Escola, a famílias com renda domiciliar per capita inferior ou igual a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com a diferença de que no caso deste novo Programa, as crianças atendidas deveriam estar na faixa etária de até 7 anos. Ponto dissonante do Bolsa Alimentação em relação ao Bolsa Escola no que diz respeito às condicionalidades a serem cumpridas pelos beneficiários é que o primeiro impunha às famílias a exigência de cuidados com nutrição e saúde e não aquela do Bolsa-Escola que dizia respeito à frequência escolar. O valor do benefício e seu limite por família seguiam os mesmos padrões do Bolsa-Escola: R\$ 15,00 por criança, com o limite de 3 benefícios por família.

O Auxílio-Gás, ainda que direcionado à população de baixa renda, tem origem distinta dos demais benefícios descritos. O benefício, implementado em 2001, representava uma compensação monetária aos mais pobres pelo fim, no mesmo ano, do subsídio ao gás de cozinha. A população foco eram também as famílias com renda per capita de no máximo $\frac{1}{2}$ salário mínimo sem o requisito adicional de possuírem certo número de crianças no domicílio. A ausência deste requisito adicional, assim como apontado por ROCHA (2005), fez com que o número dos beneficiários em potencial fosse superior ao daquele dos Programas Bolsa-Escola e Bolsa Alimentação. O benefício era de R\$ 7,5/mês, pago bimestralmente.

Com a expansão do número de Programas de Transferência de Renda focalizados nos mais pobres desde 1995, ano de criação do Bolsa-Escola a nível municipal, muitos desses “novos” Programas passaram a se sobrepor. A partir desta evidência sentiu-se a necessidade de unificar estes Programas em um só cadastro que promoveria melhorias em termos de gestão. Tal cadastro, sob o nome de Cadastro Único, foi criado em julho de 2001 e regulamentado em outubro deste mesmo ano, reunindo informações sobre os beneficiários de todos os “novos” Programas. Até o fim do Governo FHC, a

implantação do Cadastro Único (CadÚnico) ainda não havia se completado, o que só ocorreu no interior do Governo Luís Ignácio Lula da Silva.

O Governo Lula é marcado, em termos de Política Social, por completar o projeto do CadÚnico e pela criação, ainda na primeira fase do Governo, dos Programas Fome Zero e Bolsa Família (PBF), atual carro-chefe da Política Social do Governo. De fato, a visibilidade que esses Programas ganharam, em especial o PBF, criaram publicamente uma estreita relação entre o Governo Lula e a preocupação com a Política Social brasileira, o que acabou por influenciar na reeleição do candidato do PT nas eleições de 2006.

Em 2003 surge, com critério único para definição de beneficiários a renda das famílias, o Programa Fome Zero. O Programa, identificando a fome como um problema grave e que atingia em alto grau os mais pobres brasileiros, tinha como objetivo assegurar aos mais pobres o acesso a uma alimentação adequada, entendida como um direito humano. Tentava-se alcançar este objetivo mediante a distribuição de alimentos, vale-alimentação, incentivos e subsídios à produção local de alimentos. Ao final de 2006 previa-se que o Programa estaria implantado integralmente, atendendo a todas as famílias com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo.

Ainda em 2003 foi criado o Cartão Alimentação, parte do Programa Fome Zero, cujo intuito era estimular a demanda por alimentos em municípios de baixo desenvolvimento humano na região do semiárido. Este não possuía condicionalidades de educação e/ou saúde.

Com o aparecimento de críticas ao Fome Zero, de que este não estava cumprindo seus objetivos, o Governo Federal abandonou a atenção a este Programa e voltou-se para os Programas já existentes, que deveriam então ser unidos sob a forma de um grande “guarda-chuva” destes “novos” Programas de Transferência de Renda. Este novo Programa é o atual Bolsa Família.

SOARES (2010) diz haver antes da unificação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e do Cartão Alimentação sob o Bolsa Família diferentes agências executoras, diferentes sistemas de informação e diferentes fontes de financiamento, o que elevava os índices de sobreposição entre os Programas. A

unificação dos Programas levaria à racionalização do processo, o que também seria facilitado pelo CadÚnico.

I.2 O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF), atual carro-chefe da Política Social do Governo Federal, foi concebido como uma tentativa de agregar em um único Programa todos os Programas de Transferência condicionada de renda existentes, com exceção do PETI, que, embora diferissem, em alguns casos, em sua cobertura, e condicionalidades, tinham como foco a população pobre. PERO (2011) atribui a dois principais argumentos a integração dos quatro Programas em um só:

“Dois argumentos principais apoiaram a integração destes quatro programas em um só. Em primeiro lugar, a integração permitiria um tratamento mais abrangente da pobreza, na medida em que o programa seria constituído por um conjunto de políticas de saúde, educação e nutrição. Além disso, uma programação unificada e com maiores subsídios seria oferecida, ao invés de um cronograma fragmentado. Assim, a eficácia global pode ser melhorada tanto em termos imediatos de redução da pobreza como no longo prazo. Segundo, programas integrados seriam mais eficientes, já que há ganhos de escala resultantes do uso de um cadastro único para selecionar os beneficiários. Também é importante destacar que a unificação mitigaria resíduos desconexos e/ou duplicados.”

Implementado em 2003, o Programa tinha como fato inovador a subdivisão do critério de renda em dois, sendo estabelecidas duas linhas de pobreza, a de pobres e a de extremamente pobres. No grupo dos extremamente pobres se enquadravam famílias com renda mensal per capita de até R\$ 50,00. Estas receberiam o benefício fixo adicionado do benefício variável. O Benefício fixo consistia no valor de R\$ 50,00/mês a cada família e o benefício variável consistia no valor de R\$ 15,00 pago a família por cada criança de até 15 anos existente no domicílio, em que era fixado o limite máximo do recebimento de 3 benefícios por família. Sendo assim, o benefício variava de R\$ 50,00/mês por família até R\$ 95,00/mês por família. A linha de pobreza dos pobres era composta por famílias que possuíam renda per capita de R\$ 50,00 a R\$ 100,00. Os beneficiários enquadrados neste grupo receberiam apenas o benefício variável, também no valor de R\$ 15,00 mensais por criança imposto o limite de 3 benefícios por família, o que fazia com que cada família pudesse receber de R\$ 15,00 a R\$ 45,00 por mês.

No Decreto de criação do Programa, Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, constam como seus objetivos básicos em relação a seus beneficiários: promover o

acesso à rede de serviços público, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. Bem como os “novos” Programas anteriores ao PBF, este é também marcado pela inexistência de uma regra de reajuste de seu valor.

De acordo com ROCHA (2005), o Programa combina de forma mais sensata o conjunto de Programas já existentes, ao mesmo tempo que reintroduz a focalização diferenciada entre pobres e não pobres. Isso se deve ao englobar tanto famílias pobres com a exigibilidade de que estas possuam crianças quanto famílias muito pobres sem a exigência de que estas possuam crianças em seu interior. ROCHA (2008) aponta que ao final de 2004 a unificação estava longe de se realizar. Apesar da inclusão dos Programas já existentes e da incorporação de novos beneficiários desde sua criação em 2003, ainda havia superposição entre o Bolsa-Família e os Programas pré-existentes. De fato a unificação só se concretizou ao fim 2006 com o alcance da meta de atendimento de 11 milhões de domicílios.

A regra vigente desde 2010 para o Programa prevê como elegíveis famílias extremamente pobres, com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00, independentemente da presença de crianças, e famílias pobres, cuja renda está entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00, desde que haja na família uma mulher grávida ou amamentando e/ou crianças de 0 a 12 anos de idade ou jovens até 17 anos de idade.

No que concerne às condicionalidades impostas pelo Programa a seus beneficiários estas se subdividem em condicionalidades de saúde, educação e assistência social. Para atender às condicionalidades de saúde, os menores de 7 anos devem ter seu calendário vacinal em dia, e ter seu crescimento e desenvolvimento acompanhados por atendimento médico; para as mulheres entre 14 e 44 anos, gestantes, estas devem realizar os exames pré-natal, e ter acompanhamento de sua saúde durante a gestação bem como a do bebê. As condicionalidades de educação dizem respeito à frequência escolar mensal de no mínimo 85% para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, e também à frequência escolar mensal de jovens de 16 e 17 anos de no mínimo 75%. A condicionalidade relativa à assistência social diz respeito à frequência mensal

de no mínimo 85% dos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

Segundo dados da NOTA TÉCNICA MDS (2010), embora tenha havido crescimento no montante de recursos repassados no período de 2004 a 2009 para todas as regiões, o mesmo não se pode afirmar para o número de famílias beneficiárias. Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul houve decréscimo do número de beneficiários quando esta variável é comparada para os anos de 2006 e 2007. Tais reduções podem ser explicadas pela atualização da estimativa de famílias pobres ocorrida no período e as constantes auditorias realizadas nas informações das famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), com o objetivo de melhorar a focalização no Programa. Já o aumento nos valores de repasse pode ser explicado, dentre outras razões, pelo aumento da cobertura do Programa, por um maior acerto no alcance dos beneficiários e dos reajustes nos benefícios concedidos.

I.3 O Programa Bolsa Família: Impactos sobre pobreza e desigualdade

O objetivo-base dos Programas de Transferência de renda condicionada, em que o Bolsa Família é tomado como referência de análise neste trabalho, é reduzir a incidência de pobreza entendida como insuficiência de renda. A análise da literatura vem salientando que, entre outros fatores, os Programas de Transferência de renda, em que o Bolsa Família se inclui, vêm contribuindo para a concretização deste objetivo básico.

Desde 2001 o grau de desigualdade no Brasil começa a declinar consideravelmente. Os estudos que buscaram explicar as causas da queda da desigualdade a partir de então atribuem não só às transformações no mercado de trabalho mas também à mudança na renda não derivada do trabalho as causas desta queda na desigualdade.

ROCHA (2005), utilizando-se da metodologia de simulação de impacto, verificou o impacto dos Programas de Transferência condicionados de renda caso estes atendessem à totalidade da população-alvo. A simulação comparativa entre os efeitos dos Programas criados no âmbito do Governo FHC, a saber: Bolsa-Escola; Bolsa-Alimentação e Auxílio gás, e aqueles criados no interior do Governo Lula: Programa

Fome Zero e Programa Bolsa Família, revelou que os Programas implementados a partir de 2003 se mostraram mais efetivos que os anteriores. Tal avaliação pode ser justificada pelo fato de os Programas implementados no Governo Lula apresentarem um maior valor para o benefício e também uma população-alvo mais ampla.

Quando feita tal simulação para que fosse comparado o efeito do Bolsa Família em relação ao Fome Zero constatou-se que devido a maior regressividade na concessão do primeiro o PBF apresenta menor impacto sobre indicadores de pobreza e maior impacto sobre indicadores de indigência. Assim, os efeitos de tal Programa seriam maiores nas áreas rurais e no Nordeste brasileiro, em que se concentram os indigentes.

Segundo BARROS et al. (2007), em 2005, os benefícios do Programa Bolsa Família representavam menos de 2,5% das transferências públicas, o que equivale a menos de 0,5% da renda total das famílias. De 2001 a 2005 houve aumento da renda não derivada do trabalho em quase 2 pontos percentuais, em que as transferências públicas tiveram papel especial. Isolando o efeito do Bolsa Família daquele dos demais rendimentos não derivados do trabalho, os autores assinalaram que a maior transformação foi a expansão de 10 pontos percentuais na cobertura. Tal transformação mostrou-se significativa na medida que com mais pessoas em famílias beneficiadas, a desigualdade nessa fonte de renda no universo de toda a população caiu 7%. O aumento na cobertura representa uma redução na desigualdade entre quem recebe e quem não recebe o benefício.

A partir da utilização do coeficiente de Gini, calculado pela Curva de Lorenz, SOARES et al. (2010) mensuraram a queda da desigualdade no período 2003-2010. A partir de 2001 a desigualdade começa a cair, e, a partir de então, sua queda é surpreendentemente estável, aproximadamente 1,3 pontos de Gini (x100) a cada dois anos. A renda do PBF contribuiu principalmente para a queda da desigualdade, segundo a análise, pelo efeito composição, que representa o peso relativo de cada renda na renda total. Isto se deveu ao fato de este indicador estar crescendo a cada ano. O efeito concentração não foi considerado expressivo uma vez que já em 2001 sua renda era bem progressiva, e de 2007 a 2009 verificou-se uma leve queda na progressividade do benefício, em que a explicação encontrada para esta constatação foi a de que o valor do benefício aumentou, e houve ainda a criação do benefício variável para adolescentes.

Quanto à contribuição de cada fonte de renda para a queda da desigualdade, com o uso das PNADs 1999, 2001, 2003, 2005, 2007 e 2009, o estudo apontou o mercado de trabalho como o principal responsável pela queda da desigualdade (aproximadamente 2/3), ao remunerar as pessoas de modo progressivamente mais igualitário. O Bolsa Família representou 16% da queda da desigualdade, apesar de representar apenas 0,8% da renda das famílias.

Os autores ao avaliarem o impacto do Programa Bolsa Família sobre a pobreza salientam existirem três formas de redução da pobreza: a primeira delas, e mais importante, por representar um caminho em direção à erradicação da pobreza e não apenas um alívio desta, ocorre quando parcela dos pobres deixa de pertencer a este grupo; a segunda é expressa pela elevação da renda média daqueles que permaneceram pobres; e a terceira ocorre quando há diminuição da desigualdade entre os pobres. A análise relativa à pobreza como percentagem dos mais pobres foi feita com base nas duas linhas de pobreza referentes à criação do Programa – a linha de pobreza, de R\$ 100,00, e a linha de extrema pobreza, de R\$ 50,00. Os resultados variaram conforme a linha. Houve queda na pobreza de 10% para 5% ou de 26% para 14%. Ponto de destaque no trabalho foi o fato de que a pobreza só apresentou redução de fato a partir de 2003-2005, marca da unificação dos Programas condicionados de Transferência de renda no Bolsa Família e também da ampliação da cobertura do mesmo.

A estimativa do efeito do Bolsa Família sobre a pobreza foi feita de forma contrafactual – qual seria a percentagem de pobres existente no país a cada ano caso o Programa não existisse. Os resultados encontrados mostraram que em 1999, o impacto sobre a pobreza era nulo, e isto foi atribuído ao fato de que neste período os Programas de Transferência como o Bolsa Família inexistiam. Em 2001, os Programas anteriores ao PBF foram apontados pela redução em 0,1% da extrema pobreza e 0,3% da pobreza, em comparação com sua inexistência. Esses números equivalem a uma queda de 0,6% da taxa de pobreza. Entretanto, os grandes impactos sobre a pobreza foram encontrados para anos posteriores à implantação do Programa Bolsa Família. Para o ano de 2005 o efeito praticamente dobrou com relação ao ano de 1999 e em 2009 o PBF fez a pobreza e a extrema pobreza serem 1,9 e 1,6 pontos percentuais menores do que seriam caso o Programa inexistisse. Estes valores equivalem a 13% da pobreza e 32% da extrema pobreza em 2009.

CAPÍTULO II – IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A ESTRUTURA E NÍVEIS DE CONSUMO DOS BENEFICIÁRIOS

O Capítulo trata inicialmente do aporte teórico que justifica o argumento de que aumentos na renda disponível, no caso vinculados a Programas de Transferência de Renda, teriam impactos sobre os níveis de consumo dos beneficiários desses mesmos Programas. Em seguida são mostrados os principais resultados da literatura empírica para esta questão, abordando, em especial os resultados referentes ao Programa Bolsa Família.

II.1 Perspectiva Teórica quanto ao Impacto do Aumento da Renda Disponível sobre o Consumo

De uma perspectiva keynesiana, pode-se supor que o aumento da renda disponível via programas de transferência de renda terá impacto sobre o consumo das famílias beneficiárias, em especial se considerarmos que os beneficiários de tais programas se concentram em faixas de renda baixas, nas quais a propensão marginal a consumir se aproxima de “um” quando não chega a “um”:

“a lei psicológica fundamental em que podemos basear-nos com inteira confiança, tanto, a priori, partindo do nosso conhecimento da natureza humana, como a partir dos detalhes dos ensinamentos da experiência, consiste em que os homens estão dispostos, de modo geral e em média, a aumentar o seu consumo à medida que a sua renda cresce, embora não em quantia igual ao consumo de sua renda. Isto quer dizer que, se C_w é o montante do consumo e Y_w o da renda (ambos medidos em unidades de salário), ΔC_w tem o mesmo sinal que ΔY_w , porém é de grandeza menor, isto é, dC_w/dY_w é positivo e inferior à unidade.” (KEYNES, 1936. pp. 88)

Quanto aos principais fatores objetivos que parecem influenciar na Propensão Marginal a consumir dos indivíduos, Keynes aponta, em sua *Teoria Geral*, as variações na política fiscal como um desses fatores. Uma vez que o incentivo do indivíduo para poupar depende também dos futuros rendimentos de espera, a Política Fiscal também se torna fator de relevância. Assim:

“se a política fiscal for usada como instrumento deliberado para conseguir maior igualdade na distribuição das rendas, seu efeito sobre o aumento da propensão a consumir será, naturalmente, tanto maior.” (KEYNES, 1936. pp. 86)

Em alinhamento com a Teoria Keynesiana do consumo, no que diz respeito a uma possível aplicação desta para corroborar as hipóteses de que incrementos na renda

disponível dos mais pobres têm efeitos sobre o consumo destes, FERRO et al. (2007) apontam que o efeito total das transferências pode ser decomposto em dois efeitos: um efeito renda e um efeito substituição. O efeito renda implica que um aumento da renda disponível das famílias devido à transferência de renda leva a aumento familiar do consumo de bens normais como lazer e educação, e o efeito substituição implica em decréscimo na demanda por substitutos à educação escolar e um acréscimo na demanda por bens ou serviços que são complementares ao ensino escolar. Desta forma, é natural que se espere um acréscimo na demanda por material escolar e - se se considera trabalho e escolaridade como bens substitutos – um decréscimo no tempo que as crianças passam trabalhando.

Entretanto, ATTANAZZIO E MESNARD (2005) afirmam que tal hipótese não deve ser tomada como tão evidente à primeira vista. Primeiro, a renda disponível não necessariamente cresce no mesmo montante que o valor recebido se as condicionalidades impostas pelo programa reduzem alguns componentes de renda, como o trabalho infantil, por exemplo. Segundo, não necessariamente todo o valor do benefício é gasto correntemente - uma parte pode ser poupada, usada para a liquidação de débitos correntes, ou investida em atividades produtivas.

Utilizando o aporte teórico Keynesiano uma série de trabalhos vem sendo desenvolvida na literatura referente aos Programas de Transferência de Renda. As próximas seções apresentam as principais conclusões destas análises. Em síntese, elas vêm a corroborar as expectativas apresentadas nesta seção.

II.2 Análises Precedentes quanto ao efeito dos Programas de Transferência de Renda sobre o consumo de seus Beneficiários

Análises anteriores para o efeito dos Programas de Transferência de Renda sobre o consumo das famílias beneficiárias apontaram para o efeito positivo que estes Programas exercem sobre o consumo dos mesmos. OLIVEIRA E RESENDE (2008), a partir da metodologia de pareamento, com microdados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2002-2003, verificaram os efeitos do Programa Bolsa Escola sobre o consumo de seus beneficiários.

De acordo com esta avaliação, os beneficiários de tal Programa gastavam a maior parte do benefício monetário em alimentação (60%). Os gastos com vestuário também se mostraram positivos e significativos. Quanto aos gastos com produtos de higiene e

serviços pessoais, estes se mostraram superiores para as famílias beneficiárias. Gastos com itens relacionados à habitação, transporte, recreação, cultura, aquisição de bens duráveis, e itens de assistência à saúde não mostraram haver diferença entre os gastos das famílias beneficiárias (grupo de tratamento) e não-beneficiárias (grupo controle). Os gastos com educação apresentaram valores positivos e significativos, o que era esperado tendo em vista a condicionalidade imposta pelo Programa, focada no incentivo à educação.

Os resultados da pesquisa apontaram um direcionamento dos gastos das famílias beneficiárias para a melhoria das dietas das famílias, tanto em quantidade quanto em diversificação, e conseqüentemente, de suas crianças, e à obtenção de itens relacionados à educação infantil, higiene e saúde. Este tipo de gasto, vinculado à saúde, educação e nutrição pode apontar para uma melhora em termos de capital humano no longo prazo, o que, certamente contribuiria para a quebra do ciclo de pobreza a que os mais pobres estão sujeitos.

Os resultados mostraram que o valor médio dos gastos anuais para uma família beneficiária com renda mensal *per capita* de até R\$ 100,00 é cerca de R\$ 300,00 superior à média dos gastos totais das famílias não-participantes. Considerando que o valor médio anual recebido pelas famílias à época da pesquisa era de R\$ 347,53, inferiu-se que cerca de 85% deste valor era utilizado para gastos em geral.

Deste modo, constatou-se a partir deste método que a parcela das transferências que é gasta é destinada quase que exclusivamente aos gastos de consumo corrente. A ampliação do consumo é, porém, inferior à unidade, o que sugere uma possível destinação de parte da renda para a poupança.

Análise para o Programa Bolsa Alimentação (PBA) foi igualmente feita, no ano de 2004. Tal análise mostrou que o benefício impactava positivamente a proporção dos gastos destas famílias e também a diversidade da dieta (as famílias beneficiárias apresentam gasto 11% mais diversificado que as não-beneficiárias). A avaliação retratou, em termos percentuais, um maior nível de consumo das famílias em relação às não-beneficiárias, e este gasto é direcionado prioritariamente para o item alimentos.

Essa tendência pode ser expressa como uma maior propensão marginal a consumir por parte das famílias beneficiárias, quando comparadas àquelas não-

beneficiárias. Essa tendência é ainda maior para aquelas famílias que antes do benefício possuíam rendas mais baixas. Para famílias de renda mais baixa que recebem o PBA, a propensão marginal a consumir foi estimada de 67% a 78%.

II.3 Impactos do Programa Bolsa Família sobre o consumo de seus beneficiários

Diversos estudos mostram que, desde 2005, o Bolsa Família, de fato, tem impactos positivos e significativos sobre os níveis de consumo de seus beneficiários, assim como foi pleiteado, em sentido teórico, e mesmo pelas autoridades políticas, que reiteravam os efeitos positivos que o Programa teria sobre o Bem-Estar dos mais pobres, em que se inclui um maior nível de consumo.

A primeira análise oficial quanto ao desempenho do Programa Bolsa Família ocorreu em 2005 sob a denominação de AIBF (Pesquisa Linha de Base Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família). A avaliação ‘Projeto de avaliação do impacto do programa Bolsa Família’ (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL, 2006), foi baseada em amostra para três áreas do país: as regiões Nordeste (NE); Sudeste e Sul (SE-SUL); e as Regiões Norte e Centro-Oeste (NO-CO), com dados coletados, através de questionários, em novembro de 2005. Com a utilização do método Propensity Score Matching (PSM), procurou-se observar como se dava o consumo dos beneficiários em relação aos não-beneficiários do PBF.

A classificação dos domicílios segundo o critério de elegibilidade considerou dois cortes da renda domiciliar per capita: domicílios que auferiam, na data da pesquisa, renda domiciliar per capita mensal até R\$100,00. Este valor coincide com o limite de renda oficial definido para elegibilidade ao Programa, e domicílios que auferiam renda domiciliar per capita até R\$200,00. Este corte de renda, acima do limite máximo de elegibilidade oficial, foi utilizado para garantir a representatividade amostral em todos os grupos, inclusive o de tratamento. Dentro de cada sub-amostra de elegíveis, o primeiro grupo, chamado de “Tratamento”, é constituído pelos domicílios que declaram receber atualmente o benefício do Bolsa Família. O primeiro grupo de comparação, chamado de “Comparação 1” (C1), é composto pelos domicílios que recebem atualmente outros benefícios. O segundo grupo de comparação, denominado “Comparação 2” (C2), é composto pelos domicílios que declararam nunca ter recebido nenhum tipo de benefício, independentemente de serem cadastrados em algum

programa público. O restante da amostra pesquisada é constituído de domicílios que já receberam algum tipo de benefício, mas que não o recebem mais, e de domicílios cuja renda domiciliar per capita é maior que R\$200,00.

Isolando os grupos tratamento (beneficiários) e Comparação 1, avaliou-se que, quanto aos beneficiários em situação de extrema pobreza, estes apresentam impactos significativos e positivos para o Brasil para os gastos com educação e vestuário infantis. Para os domicílios em situação de pobreza, observam-se impactos positivos e significativos para o Brasil para os gastos com saúde, educação e vestuário infantis. O grupo de Tratamento apresentou um dispêndio total inferior ao grupo de Comparação 1.

Isolando os grupos tratamento (beneficiários) e Comparação 2, avaliou-se que, considerando-se as famílias em situação de extrema pobreza, verifica-se que o grupo de Tratamento apresenta um dispêndio total superior para o Brasil, com maior destino da renda para o consumo de alimentos. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, observa-se também um impacto positivo e significativo sobre as despesas totais, bem como sobre as variáveis de gastos com alimentos, saúde e educação. Entre as famílias consideradas pobres, observa-se que as famílias beneficiárias do PBF apresentam gastos superiores com alimentos e itens de educação e destacam-se fortemente os impactos positivos sobre os gastos com vestuário infantil. Considerando-se as famílias que apresentam renda per capita até R\$ 200,00, observou-se que as famílias do grupo de tratamento apresentam um dispêndio total inferior ao grupo C2, apresentando, no entanto, impactos positivos e significativos sobre os gastos com alimentos, para o Brasil. Para as Regiões Sul e Sudeste observam-se impactos negativos para o dispêndio total e para gastos com saúde e educação.

Em 2007, nova análise, que também abordava os impactos do Bolsa Família sobre o consumo daqueles que recebiam o benefício foi feita. ROCHA et al. (2007) a partir da aplicação de questionários para beneficiários e não-beneficiários do PBF, exclusivamente para o Estado do Ceará, e da utilização do método de regressão linear e de testes estatísticos, avaliaram o impacto do Bolsa Família no que diz respeito ao consumo.

A análise, no que concerne ao consumo alimentar, procurou mostrar como se comportou o consumo médio dos principais itens que compõem a cesta básica

alimentar: arroz, farinha, açúcar, feijão, carne de frango, peixe e macarrão. A média do consumo nos itens abordados foi superior para as famílias beneficiárias quando comparadas às famílias não-beneficiárias. Nem todas as médias consumidas, como as de farinha e peixe, se mostraram significativas. Já o consumo médio de itens como macarrão, arroz e feijão se mostrou significativo mesmo ao nível de 5%.

Com relação ao impacto do Programa sobre os tipos de gasto: aquisição de roupas, material escolar, transporte, e outros (gastos com contas de luz, água, gás entre outros), o estudo mostrou que a maior propensão marginal a consumir se dá para os alimentos (a cada R\$ 1,00 do benefício as famílias utilizam R\$ 0,72 para o consumo de alimentos), o que é apontado no estudo como natural, uma vez que as famílias pobres e extremamente pobres, público-alvo do benefício, tendem a, uma vez recebido o benefício, gastá-lo com necessidades de primeira ordem, em que alimentação é a primordial destas necessidades. A propensão marginal a consumir com transportes e com o item outros gastos se mostrou estatisticamente insignificante ao nível de 10%. Para cada real recebido com o benefício R\$ 0,1258 foram gastos com material escolar e valor próximo (R\$ 0,1268) com roupas. A Pesquisa conclui afirmando que, dentre outros, o aumento do consumo vem contribuindo para a melhora dos níveis de Bem-Estar das famílias beneficiárias no estado do Ceará, em especial no que tange ao consumo alimentar, que se refere à satisfação de necessidades básicas dos indivíduos.

Em 2008, nova Pesquisa (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2008), intitulada 'Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas', teve como um de seus objetos de investigação o Impacto do Bolsa Família sobre o consumo de seus beneficiários, com foco no consumo de alimentos. Foram entrevistados (com questionários de perguntas fechadas) 5 mil titulares do Bolsa Família em 229 municípios brasileiros do Nordeste, Centro Oeste, Norte, Sudeste e Sul, em setembro e outubro de 2007. A pesquisa contou também com uma fase qualitativa, que ouviu em 15 grupos focais, entre junho e julho de 2006, 170 beneficiários do Bolsa Família, gestores municipais do programa e membros de instâncias de controle social em 15 cidades de 5 estados (MS, PR, PA, PE, RJ).

As informações obtidas tanto na fase qualitativa quanto na quantitativa da pesquisa mostraram que o Programa têm repercussões positivas sobre o acesso à

alimentação de seus beneficiários. Tal evidência comprova que ao aumentar os recursos monetários das populações mais vulneráveis as políticas de transferência de renda costumam favorecer a capacidade de aquisição de alimentos.

Usando o critério de pergunta aberta com a opção de até três respostas por beneficiário foi apontado que, quanto à composição do gasto dos beneficiários, que se subdividiram em quatorze tipos, a saber: alimentação; material escolar; vestuário; remédios; gás; luz; tratamento médico; água; transporte; outras despesas com educação; aluguel; outros; outras despesas cosméticas e outras despesas com saúde, a Pesquisa revelou que para todas as regiões do país o gasto com alimentação é preponderante para seus beneficiários, com destaque para a região Nordeste (91,3% dos recursos do PBF são gastos com alimentação nessa região do país), valor acima da média nacional, de 87% dos recursos do Programa gastos com alimentação. Foram representativos também os gastos do benefício com os itens material escolar e vestuário. Para o Brasil, os gastos com material escolar representaram 45,6% do total e os de material escolar 37,1%. Destacam-se os gastos com material escolar para a região Norte (63,5%) e de vestuário para a Região Norte (46,2%). A tabela abaixo indica os gastos, como percentagem da renda do PBF, para as cinco regiões do país destes itens.

TABELA 1 - Principais Formas de Utilização do Recursos do PBF por Grandes Regiões						
Tipos de Gasto	Total Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Alimentação	87,00%	80,70%	91,30%	80,70%	87,40%	72,80%
Material Escolar	45,60%	60,60%	39,90%	63,50%	45,30%	49,80%
Vestuário	37,10%	36,90%	35,20%	46,20%	34,50%	45,80%
Remédios	22,10%	17,20%	25,90%	20,10%	20,10%	12,00%
Gás	9,80%	6,40%	10,60%	6,40%	10,70%	7,40%
Luz	5,90%	4,60%	7,00%	3,20%	5,20%	5,70%
Tratamento Médico	1,80%	1,30%	1,60%	2,70%	1,70%	2,20%
Água	1,10%	0,60%	1,40%	0,10%	0,70%	1,60%
Transporte	0,90%	1,40%	1,10%	1,50%	0,30%	0,90%
Outras despesas com educação	0,90%	0,30%	0,90%	1,40%	0,80%	0,60%
Aluguel	0,80%	0,30%	0,90%	0,70%	0,80%	0,70%
Outros	0,50%	0,40%	0,40%	0,60%	0,60%	0,70%
Outras Despesas Cosméticas	0,20%	0,00%	0,30%	0,10%	0,20%	0,20%
Outras Despesas com Saúde	0,10%	0,20%	0,00%	0,00%	0,20%	0,00%
Fonte: Pesquisa Ibase						

Foi também constatado pela Pesquisa que as famílias beneficiadas gastam, em média, R\$ 200,00 mensais com alimentação, e que também não há grandes variações, a não ser na Região Nordeste, onde este gasto cai para R\$ 150,00. O gasto com alimentação representa 55,7% da renda total, incluindo o valor do benefício do Bolsa Família bem como todos os demais rendimentos familiares, com o acréscimo de que, quanto mais pobre a família, maior é a proporção da renda gasta com alimentação.

A renda como principal determinante do consumo, em especial de alimentos, ganha força com o movimento de urbanização característico do século XX. A partir do momento que a produção para auto-subsistência deixou de ser o principal determinante do consumo alimentar com a ida das famílias para as cidades, fez-se pré-requisito para o consumo de alimentos, adquiridos no mercado, a posse de renda monetária. Tal processo reforça o impacto que o acréscimo na renda monetária das famílias beneficiárias exerce sobre seu consumo, em especial se tratando de famílias que se encontram em uma faixa de renda inferior, e portanto, em alinhamento com o aporte teórico de cunho keynesiano, mais propensas a gastar uma maior parcela de sua renda em consumo corrente.

O aumento na renda das famílias beneficiadas pelo PBF, uma vez que teve impactos positivos e significativos sobre os níveis de consumo destas mesmas famílias, representou melhores condições para estas famílias satisfazerem suas necessidades básicas, como alimentação, não só gerando mudança na quantidade de alimentos consumida por estas famílias mas também pela variedade das mesmas. Ainda conforme o estudo do INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (2008), das famílias participantes da amostra, 73,7% delas, para o Brasil, disse ter tido a quantidade de alimentos consumida aumentada; 69,8% disse que passou a consumir uma maior variedade de alimentos desde o Bolsa Família e 62,8% delas passou a comprar alimentos de que as crianças gostam.

Na análise por região, de acordo com a tabela 2, teve destaque o aumento na quantidade de alimentos dos beneficiários habitantes da Região Nordeste (79,7%), percentual acima da média nacional, de 73,8%. Quanto à maior variedade de alimentos consumida a partir da participação no Programa, 72,2% dos beneficiários residentes no Nordeste disseram consumir mais como consequência do benefício, sendo este o percentual mais significativo das cinco regiões brasileiras. Esta mesma região foi

também aquela que teve o maior impacto sobre o consumo de seus beneficiários no que diz respeito à compra de alimentos de que as crianças gostam. Para todos os itens analisados, quando a desagregação é feita entre meio rural e urbano, o impacto do Programa foi maior sobre os habitantes da área rural.

TABELA 2 - Modificações na Alimentação da Família a partir do PBF por grandes regiões e área								
Alteração na Alimentação	Total Brasil	Região					Área	
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Urbana	Rural
Quantidade de Alimentos								
Aumentou	73,8	72,7	79,7	72,7	66,8	63	71,9	80,5
Diminuiu	1,2	0,4	0,5	0,6	1,9	3,3	1,2	0,8
Não se modificou	25	26,9	19,8	26,6	31,2	31,2	26,8	18,6
Variedade de Alimentos								
Aumentou	69,8	73,2	72,2	69,9	66,1	65,8	67,3	79,3
Diminuiu	2,1	0,6	2,4	0,8	2,4	2,5	2,1	2,5
Não se modificou	27,9	26,2	25,4	29,2	31,3	31,7	30,6	18,2
Compra de Alimentos do Gosto das Crianças								
Aumentou	63,5	62,6	66,6	61	59,4	61,1	62	68,9
Diminuiu	2,4	1,9	2,4	1,9	2,7	3,8	2,8	2,00
Não se modificou	34,1	35,4	31,1	37,7	37,8	35,1	35,4	29,1
Fonte: Pesquisa Ibase								

Uma vez analisados os itens em que o consumo das famílias é preponderante e em quais regiões o benefício do Bolsa Família se mostrou mais significativo sobre o consumo das famílias beneficiárias, a Pesquisa caminhou em direção a verificar para quais faixas de renda o impacto sobre o consumo seria ainda mais representativo. Foram considerados seis diferentes estratos de renda, a saber: até R\$ 100,00; de R\$ 101,00 a R\$ 200,00; de R\$ 201,00 a R\$ 400,00; de R\$ 401,00 a R\$ 600,00; de R\$ 601,00 a R\$ 800,00 e acima de R\$ 800,00. No que diz respeito à variação positiva na quantidade de alimentos consumida, os beneficiários do PBF na faixa de renda de R\$ 101,00 a R\$ 200,00 foram aqueles que mais responderam positivamente ao impacto do benefício sobre a mudança em seu consumo (82,3% dos entrevistados respondeu que sentiu aumento na quantidade de alimentos consumida desde o PBF). A faixa de renda de R\$ 201,00 a R\$ 400,00 foi a mais representativa em termos de variedade no consumo de alimentos a partir da participação no Programa Bolsa Família (75,2% dos beneficiários teve seu consumo modificado positivamente), bem como no quesito compra de alimentos do gosto das crianças (66,9% dos entrevistados responderam que seu

consumo se modificou positivamente para este item desde o recebimento do benefício). O percentual de famílias que disse ter tido sua quantidade e/ou variedade de alimentos consumida diminuída desde que se tornou beneficiária do PBF se mostrou pouco representativa, bem como para aquelas famílias que disseram ter sofrido diminuição na consumo de alimentos do gosto das crianças. Estes dados se encontram na Tabela 3.

TABELA 3 - Modificações na Alimentação da Família a partir do PBF, por faixas de renda familiar mensal						
Alteração na Alimentação	Renda Mensal Familiar					
	Até R\$ 100	R\$ 101 a 200	R\$ 201 a 400	R\$ 401 a 600	R\$ 601 a 800	Acima de R\$ 800
Quantidade de Alimentos						
Aumentou	70,1	82,3	78,5	72,5	86,6	58,7
Diminuiu	2,00	0,96	1,4	0,8	1,7	0,5
Não se modificou	27,9	16,7	20,1	26,7	31,7	40,8
Variedade de Alimentos						
Aumentou	60,3	70,2	75,2	70,4	63,4	57,1
Diminuiu	3,4	3,2	2,3	1,2	1,1	3,9
Não se modificou	33,4	26,6	22,5	27,4	35,5	39
Compra de Alimentos do Gosto das Crianças						
Aumentou	52,5	63,8	66,9	64,2	61,3	56,7
Diminuiu	4,9	3,3	2,9	1,8	1,5	1,8
Não se modificou	42,6	42,9	30,2	34	37,2	41,5
Fonte: Pesquisa Ibase						

Conclui-se, portanto, a partir desta verificação empírica, que, sendo a aquisição de alimentos no mercado a forma mais significativa, e sendo a renda o determinante básico deste tipo de acesso ao mercado, o aumento da renda proporcionado pelo PBF tende a gerar repercussões positivas na capacidade das famílias de garantir sua segurança alimentar e nutricional:

“Dentre os fatores socioeconômicos que condicionam a alimentação, a renda é, sem dúvida, componente importante, pois representa um delimitador das escolhas alimentares no sentido da disponibilidade de recursos que permitem o acesso a alimentos.” (PESQUISA IBASE, 2008, pp. 97)

CAPÍTULO III – EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Uma vez que, como mostrado no capítulo anterior, a literatura valida a hipótese de que aumentos na renda disponível via Programas de Transferência de renda têm impactos positivos sobre os níveis de consumo de seus beneficiários, em especial do Programa Bolsa Família, onde o item 'alimentação' é a principal alocação do valor do benefício, torna-se necessário verificar empiricamente se tal inclinação a consumir por parte daqueles que recebem o benefício do PBF se evidencia na prática. Ou seja, os reajustes feitos no valor do benefício são suficientes para manter ou aumentar o poder de compra dos beneficiários? Ou ainda, é equivalente ser beneficiário nos diferentes estados do país? Para isto, será analisada a evolução do Poder de Compra dos beneficiários do PBF para diferentes estados do País com base no valor da cesta básica nacional, medida mensalmente pelo DIEESE para 16 das capitais brasileiras.

III.1. Metodologia

Os dados presentes neste capítulo têm como fonte o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). As variáveis utilizadas são o valor de repasse e número de beneficiários para o período 2004 a 2010, o valor médio do benefício do PBF, o índice de Desenvolvimento humano municipal (IDH-M), o valor da cesta básica, e o valor do benefício do BPC.

A seção III.2 do presente capítulo apresenta a evolução do número de beneficiários do Bolsa Família e do valor de repasse deste Programa de 2004 a 2010 para os estados brasileiros, com base nos dados do MDS, e também dentro de cada estado a alocação de benefícios e repasse anual de acordo com o critério do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Para tal, são selecionados os 5 municípios de menor IDH-M de cada estado e os 5 municípios de maior IDH-M de cada estado, e avalia-se nos anos extremos da análise (2004 e 2010) como se deu a alocação de recursos e a evolução do número de beneficiários, bem como ocorreu a evolução percentual das variáveis consideradas. O IDH-M utilizado é o IDH-M 2000. Nesta seção é também feita uma análise de correlação entre o IDH-M e o número de beneficiários de 2004 a 2010 objetivando averiguar a evolução conjunta destas duas variáveis.

A seção III.3 trata da comparação entre as variáveis valor médio do benefício do Programa Bolsa Família e o custo da cesta básica para 16 das capitais brasileiras. Os dados relativos ao valor médio do benefício têm como fonte o MDS e àqueles referentes ao gasto mensal com a cesta básica nacional têm como fonte o DIEESE. O mês de referência adotado para esta análise foi dezembro para o período 2004-2010. Ainda na seção III.3 a mesma análise é feita, mas com base na cesta básica familiar, ainda para os meses de dezembro de 2004 a 2010, em que o custo da cesta básica familiar consiste no valor da cesta básica multiplicado por 3, considerando-se uma família de 4 pessoas: dois adultos e duas crianças/adolescentes, em que estas crianças, por suposição, alimentam-se equivalentemente a um adulto-padrão. O objetivo da seção é observar como vem se comportando o valor do benefício do Programa Bolsa Família em relação à cesta básica neste período.

A seção III.4. cuida da comparação entre o valor do BPC e o custo da cesta básica para os meses de dezembro de 2004 a 2010 para o Brasil, relacionando os resultados encontrados àqueles do PBF, visando a saber se, uma vez que o BPC é vinculado ao salário mínimo ele apresenta resultados mais significativos que o PBF para atender às necessidades mínimas representadas pela cesta básica alimentar.

Na seção III.5. é calculado o índice de poder de compra para o benefício do PBF de 2004 a 2010, meses de dezembro, com o objetivo de analisar como vem se comportando o poder de compra do benefício em relação à cesta básica alimentar para 16 das capitais brasileiras.

A seção III.6. trata análise conjunta dos dados apresentados no capítulo, procurando, em síntese, analisar e correlacionar todas as variáveis apresentadas no capítulo bem como as principais conclusões a serem tiradas delas.

III.2. Evolução dos Valores de Repasse do PBF e do Número de Beneficiários do Programa (2004-2010)

Desde sua criação, em 2003, o Benefício do Bolsa Família, passou por acréscimos no valor total do orçamento destinado ao Programa. De 2004 para 2010, a nível Brasil, o Programa sofreu uma variação positiva de 279% no valor de repasse, em termos anuais. Das 27 Unidades da Federação do País, a que sofreu a maior variação do

repasso do ano de 2004 para o ano de 2010 foi o Rio de Janeiro (807,09%), valor bem acima do nacional; em seguida, os estados do Amapá e de Roraima apresentaram respectivamente variações de 648,66% e 557,89% de 2004 para 2010. Além dos 3 estados apontados, 12 dos restantes apresentaram variação percentual acima do resultado nacional, a saber: Acre, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Maranhã, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rondônia, Sergipe e Tocantins. Os valores dos repasses para os anos de 2004 a 2010 bem como as variações percentuais de 2004 para 2010 para estados do país se encontram na tabela 4, abaixo, com marcação para os estados com variação do repasse acima do resultado nacional.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO REPASSE DO PBF PARA OS ESTADOS BRASILEIROS (2004-2010)								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004-2010 (%)
Estado	Repasso	Repasso	Repasso	Repasso	Repasso	Repasso	Repasso	Variação Percentual
AC	19.531.210	26.342.050	38.578.165	47.426.879	60.563.878	70.480.788	77.746.624	298,06
AL	137.724.223	187.942.388	237.778.776	289.229.113	351.696.815	418.051.447	482.955.041	250,67
AM	67.545.759	103.635.883	153.300.149	192.924.893	242.908.837	297.805.814	363.029.883	437,46
AP	8.047.007	9.144.688	14.875.734	29.594.606	43.733.436	52.577.974	60.244.984	648,66
BA	532.684.471	751.361.024	1.006.377.304	1.204.402.913	1.423.078.114	1.663.238.830	1.938.969.367	264,00
CE	399.472.576	519.471.343	650.956.446	749.617.542	891.827.792	1.008.130.971	1.174.401.644	193,99
DF	14.316.545	24.250.048	46.467.670	59.543.149	65.316.680	74.411.196	74.719.218	421,91
ES	53.086.063	98.317.794	121.944.133	140.831.600	161.518.145	180.269.180	198.301.764	273,55
GO	58.238.560	106.621.230	149.106.549	186.427.926	222.049.352	271.603.489	333.388.973	472,45
MA	272.001.169	373.620.218	540.255.598	664.518.268	802.131.232	943.841.215	1.089.091.298	300,40
MG	383.931.151	618.983.057	752.171.755	828.553.498	937.274.637	1.046.437.741	1.189.570.569	209,84
MS	24.333.175	40.149.515	69.110.530	83.533.451	97.638.440	116.685.417	137.463.646	464,92
MT	34.214.302	68.696.039	87.247.463	99.881.208	114.421.367	145.158.195	176.342.099	415,40
PA	162.275.823	244.861.702	370.230.625	482.918.640	591.852.085	714.241.108	860.577.255	430,32
PB	180.295.664	240.156.550	300.484.368	354.791.990	420.649.317	477.101.969	529.979.555	193,95
PE	304.053.138	442.466.890	599.409.419	744.508.843	904.677.146	1.062.895.529	1.216.004.851	299,93
PI	156.971.474	201.620.550	266.100.304	320.210.898	378.091.695	433.021.424	494.678.237	215,14
PR	137.030.490	241.775.655	289.350.049	308.815.528	332.727.194	404.945.234	466.013.885	240,08
RJ	81.974.775	180.508.538	270.666.179	360.983.781	469.944.175	617.267.928	743.584.718	807,09
RN	121.690.884	162.987.685	207.027.636	243.606.645	288.424.121	330.812.114	383.736.583	215,34
RO	25.040.014	45.377.721	64.203.055	80.523.336	95.337.594	117.490.447	134.018.952	435,22
RR	8.357.672	12.849.960	21.979.343	28.809.074	37.135.525	48.064.116	54.983.920	557,89
RS	147.172.671	234.033.557	290.873.006	320.167.620	357.820.394	425.434.593	484.177.081	228,99
SC	53.334.042	80.969.983	92.786.279	100.078.597	109.394.246	130.377.682	146.604.158	174,88
SE	68.581.861	103.978.407	139.480.028	164.180.652	192.078.898	228.065.256	272.641.222	297,54
SP	305.756.614	522.327.522	673.244.889	793.164.049	910.879.065	1.055.782.881	1.145.282.091	274,57
TO	34.123.705	49.217.044	70.655.870	86.254.909	103.330.013	120.509.963	144.195.247	322,57
Total	3.791.785.038	5.691.667.041	7.524.661.322	8.965.499.608	10.606.500.193	12.454.702.501	14.372.702.865	279,05

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do MDS

Considerando novamente estes dois anos extremos (2004/2010), verifica-se também uma variação positiva no número de beneficiários do Programa Bolsa Família para os 27 estados brasileiros. Destes estados, aquele que apresentou a maior variação

em termos percentuais foi o estado do Amapá, com variação percentual de 329,95% de 2004 para 2010, valor este bem acima do nacional, de 94,44%. No total, 16 dos estados brasileiros apresentaram variação percentual do número de beneficiários acima da nacional para o período considerado, conforme tabela abaixo, que mostra a evolução do número de beneficiários de 2004 a 2010 e também a variação percentual deste indicador de 2004 a 2010 para o mesmo período com marcação para os estados cuja variação percentual foi superior ao valor para o Brasil.

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PBF PARA OS ESTADOS BRASILEIROS (2004-2010)								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004-2010 (%)
Estado	Número de Beneficiários	Número de Beneficiários	Número de Beneficiários	Número de Beneficiários	Número de Beneficiários	Número de Beneficiários	Número de Beneficiários	Variação Percentual
AC	28.851	38.908	53.404	57.354	55.037	62.600	59.779	107,20
AL	214.726	253.745	339.921	351.402	347.585	395.459	414.112	92,86
AM	104.135	147.266	204.075	216.487	222.542	263.064	278.893	167,82
AP	10.256	11.429	26.244	38.505	39.191	44.678	44.096	329,95
BA	838.963	1.067.291	1.391.245	1.411.662	1.372.763	1.581.639	1.662.069	98,11
CE	572.730	742.454	882.220	891.418	870.153	947.720	1.022.259	78,49
DF	41.943	54.159	85.725	78.294	76.414	76.327	98.552	134,97
ES	120.911	160.836	191.421	187.927	171.419	190.428	189.983	57,13
GO	135.758	186.866	259.524	260.368	245.268	305.949	326.084	140,20
MA	380.742	532.126	706.878	737.539	729.610	846.345	871.297	128,84
MG	756.335	998.011	1.128.261	1.080.823	992.739	1.117.946	1.135.715	50,16
MS	32.588	85.098	114.876	112.212	102.433	127.768	132.887	307,78
MT	82.116	118.663	136.495	132.798	121.703	166.456	167.693	104,21
PA	259.641	337.694	506.444	532.755	528.997	635.204	680.804	162,21
PB	273.135	337.001	406.904	416.863	410.707	444.729	450.525	64,95
PE	518.956	633.500	860.546	905.919	881.591	1.035.989	1.045.268	101,42
PI	217.931	284.297	366.906	368.612	360.622	413.867	420.392	92,90
PR	308.754	447.186	452.172	410.885	367.247	482.335	466.607	51,13
RJ	196.330	302.733	441.667	494.051	498.378	658.726	685.301	249,06
RN	190.116	240.828	298.643	302.720	292.522	321.710	338.424	78,01
RO	54.942	68.343	94.953	97.270	92.914	116.211	114.112	107,70
RR	14.522	17.583	31.850	32.344	33.622	41.201	42.213	190,68
RS	290.660	398.132	436.169	410.540	367.631	462.966	453.761	56,11
SC	101.247	141.744	139.098	134.704	118.648	150.685	143.700	41,93
SE	113.147	154.332	189.304	187.470	179.875	220.175	230.418	103,64
SP	657.099	863.799	1.114.328	1.085.233	974.803	1.138.129	1.174.844	78,79
TO	55.305	76.421	106.537	106.921	103.582	122.609	128.432	132,22
Total	6.571.839	8.700.445	10.965.810	11.043.076	10.557.996	12.370.915	12.778.220	94,44

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do MDS

A análise conjunta dos dados evidencia que o Benefício vem aumentando seu número de beneficiários desde seu primeiro ano completo em vigor (2004) até o último ano analisado (2010). É necessário, entretanto, saber quais os municípios que vem sendo foco das maiores variações percentuais. Para tanto, serão listados os 5 municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e 5 municípios com o maior IDH-M para cada estado do país, com agregação por Região por país.

As tabelas 1 a 5 do Anexo 1 descrevem a alocação de recursos do PBF para o ano de 2004. Foram selecionados os municípios com os 5 menores IDH-M e os 5 maiores IDH-M para cada unidade da federação. O IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal) pode ser considerado um indicador mais completo do que o critério de renda, pois engloba além desta dimensão também as dimensões longevidade e educação. Estes três componentes são, portanto, tomados como essenciais para a vida das pessoas e tentam mensurar a complexidade das condições de vida nos municípios. A agregação é apresentada por região do país. As tabelas 6 a 10 também constantes do Anexo 1 tratam da mesma análise, mas concernente ao ano de 2010.

A Tabela 1, que trata da Região Centro-Oeste para o ano de 2004, mostra que das 4 unidades da federação consideradas, aquele que teve o maior número de beneficiários para os 5 municípios com o menor IDH-M foi o Distrito Federal, com o total de 41.943 beneficiários. O Distrito Federal é também responsável pelo maior montante de recursos repassado aos municípios com os 5 menores IDH-M (R\$ 14.316.545,00), condicionando a análise ainda para o ano de 2004 e para a Região Centro-Oeste. Chama atenção na região o fato de que dois dos municípios com os menores IDH-M de Goiás, Guarani de Goiás, com IDH-M de 0,632 e Buritinópolis, com IDH-M de 0,6, não apresentavam beneficiários em 2004.

Considerando-se aqueles municípios com os 5 maiores IDH-M ainda para esta região, ano de 2004, observa-se que o repasse para estes municípios é muito superior ao daqueles de menor IDH-M para todos os estados considerados. O mesmo ocorre para o número de beneficiários. Ganha destaque no número de beneficiários o estado de Goiás e no valor de repasse o Estado do Mato Grosso do Sul.

A Tabela 2, do Anexo 1, trata da mesma análise feita na Tabela 1, só que para o Nordeste brasileiro. Para esta região, o maior número de beneficiários para os 5 municípios com menor IDH-M é encontrado no Estado da Bahia. São 13.775 beneficiários. O Ceará apresenta o maior montante repassado para estes mesmos municípios (R\$ 8.514.674,00). A Unidade da Federação do Nordeste com o menor número de beneficiários total para os 5 menores IDH-M é o Rio Grande do Norte (2.046). O mesmo estado apresenta o menor valor de repasse (R\$ 1.688.140,00), valor este bem inferior ao dos demais estados desta região.

Considerando-se os 5 maiores IDH-M para o Nordeste, ano de 2004, o Ceará se apresenta como a Unidade da Federação com o maior número de beneficiários (111.764), e o estado do Ceará também apresenta o maior montante repassado a seus beneficiários (R\$ 69.422.312,00). Para todos os estados desta região, tanto o número de beneficiários como o valor total de repasse dos municípios com maior IDH-M é bastante superior ao daqueles com menor IDH-M.

Para a região Norte chama a atenção o baixo número de beneficiários nos 5 municípios de menor IDH-M. Em Roraima, foram apenas 422 beneficiários em 2004. O Pará se destaca pelo maior número de beneficiários e montante repassado, são 3.756 e R\$ 2.918.230,00, respectivamente. Quanto aos municípios com maior IDH-M, o Estado do Amazonas apresentou R\$ 26.926.095,00 repassados em 2004.

O Sudeste, considerando os municípios de menor IDH-M, não apresenta uma grande disparidade para o número de beneficiários entre seus estados componentes, como ocorria nas demais regiões analisadas anteriormente. O mesmo é válido para o valor de repasse; mas dentre estes, o Espírito Santo é aquele com o maior número de beneficiários (3.890), já São Paulo, este é o estado com o maior montante repassado a seus beneficiários em 2004 (R\$ 2.243.583,00).

No que diz respeito aos municípios de maior IDH-M na região Sudeste, a disparidade entre os estados quanto ao número de beneficiários é grande, ao contrário do que ocorria para os municípios de menor IDH-M: enquanto Minas Gerais teve 86.357 beneficiários para o ano de 2004, o estado de São Paulo apresentou 9.793 beneficiários. Essa mesma disparidade é vista no que concerne ao valor de repasse: Minas apresentou o total de R\$ 44.759.364,00 para este indicador enquanto São Paulo apresentou o valor de R\$ 5.628.914,00 para o mesmo indicador.

Na Região Sul, o Paraná é o estado caracterizado pelos valores mais expressivos para os dois indicadores considerados quando a análise é condicionada para os 5 municípios de menor IDH-M: são 4.549 beneficiários e R\$ 2.092.930,00. No caso dos 5 maiores IDH-M, o Rio Grande do Sul se apresenta como o estado em que os indicadores nº de beneficiários e repasse se tornam mais expressivos. Estes indicadores são também majoritariamente maiores para os municípios de maior IDH-M do que para aqueles de menor IDH-M.

As tabelas de 6 a 10 do Anexo 1 cuidam de retratar o número de beneficiários e o valor do repasse aos beneficiários em 2010, também considerando os municípios com os 5 menores e os 5 maiores IDH-M de cada estado do país. Para o Centro-Oeste, constata-se que para todos os estados houve variação positiva do número de beneficiários de 2004 para 2010 nos municípios de menor IDH-M, e estas variações foram significativas: de 527,09% para Goiás, 64,53% para Mato Grosso, 479,92% para Mato Grosso do Sul e 134,96% para o Distrito Federal. Estes valores são inclusive superiores àqueles encontrados para os municípios de maior IDH-M, que foram de 60,68% para Goiás, 51,70% para Mato Grosso e 181,55% para Mato Grosso do Sul.

As variações percentuais para o valor total repassado por cada estado são ainda mais expressivos do que a variação no número de beneficiários. Tal variável também sofreu variação mais significativa para os 5 municípios de menor IDH-M de cada estado do Centro-Oeste quando comparados aos 5 estados de maior IDH-M dos estados da mesma Região. A variação percentual no repasse no estado de Goiás chegou a 1.765,66% quando considerados os estados de menor IDH-M e a 340,82% quando considerados os municípios de maior IDH-M.

Os estados da Região Nordeste seguem a mesma tendência de variação percentual positiva no número de beneficiários, com a ressalva de que para o indicador 'número de beneficiários' a tendência de variação percentual positiva foi maior no grupo de municípios de maior IDH-M, alcançando o valor de 177,13% no estado de Sergipe. O mesmo ocorreu para a variação no valor de repasse, com destaque para a variação percentual de 502,42% em Pernambuco e de 460,82% em Sergipe.

Para a Região Norte, para todos os estados, com exceção do Tocantins, a variação percentual foi maior nos 5 municípios de menor IDH-M para o indicador 'número de beneficiários'. Em Roraima, chama a atenção a variação percentual de 1.475,82%. No que diz respeito à variação percentual do valor de repasse, esta também se mostrou mais significativa nos municípios de menor IDH-M, com exceção do estado do Pará.

No Sudeste brasileiro as variações do número de beneficiários no que se refere aos municípios de menor IDH-M são mais significativas nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo: os resultados foram 120,76% e 122,95%, respectivamente. Para o valor de repasse ainda para estes municípios, o valor mais significativo encontrado

ainda é para o estado do Espírito Santo: 474,48%. Nos municípios de maior IDH-M ressalta-se a variação negativa de 2004 para 2010 que apresentou a variável 'número de beneficiários' no estado de Minas Gerais (-0,94%). No Rio de Janeiro a mesma variável apresentou o resultado de 260,99%. Para o indicador 'repasse', o estado do Rio de Janeiro apresentou variação de 1.121,35% para os municípios de maior IDH-M, valor bem acima dos 384,87% encontrados nos 5 municípios de menor IDH-M deste estado.

Na Região Sul, a variação, em termos percentuais, do número de beneficiários foi maior nos municípios de menor IDH-M, o mesmo ocorreu para a variação percentual do repasse.

A tabela 11 do Anexo 1 tem o intuito de descrever como a variável número de beneficiários se relacionou com o IDH-M para os municípios selecionados de 2004 a 2010, o que contribuirá para entender os resultados expostos anteriormente nesta seção. A análise será feita a partir do cálculo da correlação entre estas variáveis. Os resultados apontam para uma baixa correlação entre o IDH-M e o número de beneficiários para os municípios de menor IDH-M, em que esta relação é muitas vezes, negativa. Para estes mesmos municípios, nos casos em que a correlação é positiva, esta não alcança valores expressivos, geralmente esta se apresenta em uma faixa que pode ser considerada de fraca correlação. Os valores se concentram, na maioria dos casos, na faixa entre 0,10 e 0,40.

No caso dos municípios de maior IDH-M, a correlação alcança, na maioria dos casos, valores positivos e significativos, situados em faixa que pode ser considerada de correlação muito forte. Para o Rio Grande do Norte, a correlação entre o número de beneficiários e o IDH-M alcançou em 2010 o valor de 0,9761. É necessário salientar que, a série não apresenta tendência de crescimento ou decréscimo no índice de correlação.

III.3. Comparação entre a evolução do Valor Médio do Benefício em relação ao Valor da Cesta Básica

Como mostrado na seção anterior, o benefício do Programa Bolsa Família vem sofrendo alterações positivas tanto no valor de seu repasse quanto no número de pessoas atendidas desde sua criação até o último ano analisado (2010). Entretanto, é ponto de

crítica em sua construção o fato de que tais reajustes de orçamento foram feitos sem parâmetros específicos, sendo, portanto, baseados em critérios ditos arbitrários:

“No caso do Bolsa Família, os aumentos são discricionários, não têm uma periodicidade estabelecida e dependem do aporte de recursos orçamentários para o programa. Apesar de muitos especialistas acreditarem que o Bolsa Família possui uma institucionalidade que dificilmente permitiria diminuição de sua cobertura ou mesmo o fim do programa, uma maneira de diminuir sua importância orçamentária e também seu impacto na renda familiar é não recompor o seu valor real. Por esse motivo, alguns especialistas têm defendido a transformação do Bolsa Família em um direito e a fixação de uma regra para seu reajuste anual em lei.” (SOARES, 2010. pp. 194/195)

Esta inexistência de parâmetros pode indicar ineficiência em termos de poder de compra e disparidades entre o poder de compra de diferentes beneficiários uma vez que eles pertençam a estados distintos do país.

A ração essencial mínima, ou cesta básica alimentar, como é mais comumente conhecida, foi estipulada pelo Decreto-Lei nº 399. Esta é composta, em quantidade e qualidade, dos alimentos necessários ao atendimento das necessidades nutricionais de um trabalhador adulto. Para o cálculo do custo da cesta básica alimentar, feito mensalmente pelo DIEESE, para 16 das capitais brasileiras, são considerados 13 itens, a saber: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga. Os dados do gasto com a cesta básica alimentar para 16 das capitais brasileiras se encontram na tabela abaixo.

TABELA 6 - CUSTO DA CESTA BÁSICA PARA O MÊS DE DEZEMBRO EM 16 DAS CAPITALS BRASILEIRAS (2004-2010)														
	dez/04		dez/05		dez/06		dez/07		dez/08		dez/09		dez/10	
Capitais	Gasto Mensal	Capital mais cara	Gasto Mensal	Capital mais cara	Gasto Mensal	Capital mais cara	Gasto Mensal	Capital mais cara	Gasto Mensal	Capital mais cara	Gasto Mensal	Capital mais cara	Gasto Mensal	Capital mais cara
Centro-Oeste														
Brasília	168,73	3º	177,2	4º	171,85	3º	193,23	5º	236,15	5º	222,22	3º	233,67	9º
Goiânia	148,89	10º	149,12	10º	152,44	10º	189,34	9º	209,43	10º	190,9	10º	234,61	8º
Sudeste														
Belo-Horizonte	152,27	8º	176,88	6º	171,49	4º	204,8	3º	230,25	6º	213,97	5º	236,24	7º
Rio de Janeiro	165,38	4º	178,09	3º	171,39	5º	194,46	4º	239,78	2º	213,36	6º	242,67	4º
São Paulo	172,2	2º	183,43	2º	182,05	2º	214,63	1º	239,49	3º	228,19	2º	265,15	1º
Vitória	152,38	7º	165,61	8º	158,17	8º	189,51	8º	227,54	8º	219,09	4º	242,00	5º
Sul														
Curitiba	155,45	6º	176,92	5º	167,98	7º	187,23	10º	229,39	7º	211,85	7º	243,97	3º
Florianópolis	157,42	5º	172,62	7º	168,6	6º	190,83	6º	239,03	4º	210,9	8º	238,14	6º
Porto Alegre	174,75	1º	191,3	1º	186,23	1º	212,92	2º	254,86	1º	237,58	1º	252,15	2º
Norte/Nordeste														
Aracaju	131,31	12º	145,3	11º	137,61	12º	171,16	11º	193,28	14º	169,18	16º	175,88	16º
Belém	149,7	9º	156,77	9º	157,16	9º	190,01	7º	199,05	12º	204,32	9º	226,09	10º
Fortaleza	124,73	15º	133,04	16º	132,92	15º	158,35	14º	197,32	13º	176,96	13º	205,65	12º
João Pessoa	126,13	13º	144,6	12º	133,88	14º	155,09	16º	200,55	11º	170,63	15º	194,24	15º
Natal	131,8	11º	135,92	15º	140,72	11º	167,91	12º	212,8	9º	186,05	11º	219,8	11º
Recife	122,99	16º	140,31	13º	132,14	16º	155,41	15º	183,61	16º	171,31	14º	205,5	13º
Salvador	125,84	14º	136,2	14º	134,81	13º	158,71	13º	193,06	15º	183,15	12º	201,7	14º
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do DIEESE														

Para o período considerado (os meses de dezembro de 2004 a 2010), o valor gasto por capital para satisfazer às necessidades básicas mínimas medidos pela razão essencial mínima segue a tendência de ser menor nas capitais pertencentes às regiões Norte e Nordeste, e maior, em geral, nas regiões Sul e Sudeste, em que para o período considerado, na maioria dos casos, a capital Porto Alegre é aquela que apresenta o maior custo para a cesta básica alimentar. Entretanto, quando considerada a variação percentual do valor da cesta de dezembro de 2004 para dezembro de 2010 constata-se que a maior variação percentual se deu para uma capital do grupamento Norte/Nordeste: Recife. Esta capital, apesar de apresentar a maior variação percentual das capitais da amostra ainda apresentava-se como a 13ª capital com a cesta básica mais cara. O Sudeste foi a região do país com a segunda maior variação percentual do valor da cesta básica (53,53%), atrás apenas do Norte/Nordeste, que apresentou variação percentual de

56,58% entre dez/04-dez/10. A região Centro-Oeste teve a menor variação percentual: 47,43%, e o Sul teve variação percentual de 50,58%.

A tabela 7 abaixo mostra como vem se comportando o valor do benefício do PBF em relação ao valor da cesta básica nacional. Ela também mostra a proporção que o benefício representa, em relação à cesta básica, em cada uma das dezesseis capitais consideradas na análise.

TABELA 7 - COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DO BENEFÍCIO DO PBF E DO VALOR DA CESTA BÁSICA EM 16 CAPITAIS BRASILEIRAS PARA O MÊS DE DEZEMBRO (2004-2010)																																								
	dez/04			dez/05			dez/06			dez/07			dez/08			dez/09			dez/10																					
	Valor	Cesta		Valor	Cesta		Valor	Cesta		Valor	Cesta		Valor	Cesta		Valor	Cesta		Valor	Cesta																				
	Médio	Básica	Comparação	Médio	Básica	Comparação	Médio	Básica	Comparação	Médio	Básica	Comparação	Médio	Básica	Comparação	Médio	Básica	Comparação	Médio	Básica	Comparação																			
	PBF	(R\$)	(%)	PBF	(R\$)	(%)	PBF	(R\$)	(%)	PBF	(R\$)	(%)	PBF	(R\$)	(%)	PBF	(R\$)	(%)	PBF	(R\$)	(%)																			
Centro-Oeste																																								
Brasília	54,92	168,73	32,55	55,23	177,2	31,17	56,23	171,85	32,72	66,65	193,23	34,49	75,08	236,15	31,79	85,44	222,22	38,45	77,75	233,67	33,27																			
Goiânia	51,29	148,89	34,45	50,09	149,12	33,59	48,81	152,44	32,02	61,2	189,34	32,32	66,96	209,43	31,97	78,85	190,9	41,30	83,6	234,61	35,63																			
Sudeste																																								
Belo Horizonte	58,5	152,27	38,42	58,19	176,88	32,90	58,33	171,49	34,01	68,85	204,8	33,62	77,84	230,25	33,81	80,79	213,97	37,76	87,31	236,24	36,96																			
Rio de Janeiro	63,74	165,38	38,54	62,26	178,09	34,96	60,56	171,39	35,33	72,12	194,46	37,09	80,8	239,78	33,70	91,59	213,36	42,93	91,67	242,67	37,78																			
São Paulo	57,49	172,2	33,39	55,74	183,43	30,39	55,77	182,05	30,63	65,97	214,63	30,74	75,18	239,49	31,39	80,32	228,19	35,20	81,58	265,15	30,77																			
Vitória	62,73	152,38	41,17	57,28	165,61	34,59	58,73	158,17	37,13	70,91	189,51	37,42	81,06	227,54	35,62	90,66	219,09	41,38	93,82	242	38,77																			
Sul																																								
Curitiba	59,99	155,45	38,59	52,6	176,92	29,73	54,01	167,98	32,15	65,02	187,23	34,73	74,1	229,39	32,30	73,84	211,85	34,85	78,01	243,97	31,98																			
Florianópolis	63,1	157,42	40,08	60,54	172,62	35,07	60,91	168,6	36,13	70,17	190,83	36,77	79,29	239,03	33,17	78,76	210,9	37,34	84,48	238,14	35,47																			
Porto Alegre	64,97	174,75	37,18	62,36	191,3	32,60	63,98	186,23	34,36	74,86	212,92	35,16	84,64	254,86	33,21	94,41	237,58	39,74	99,81	252,15	39,58																			
Norte/Nordeste																																								
Aracaju	56,45	131,31	42,99	56,62	145,3	38,97	57,13	137,61	41,52	71,29	171,16	41,65	82,95	193,28	42,92	87,42	169,18	51,67	89,23	175,88	50,73																			
Belém	66,99	149,7	44,75	66,00	156,77	42,10	66,77	157,16	42,49	78,74	190,01	41,44	88,87	199,05	44,65	98,78	204,32	48,35	99,61	226,09	44,06																			
Fortaleza	60,56	124,73	48,55	57,61	133,04	43,30	59,07	132,92	44,44	69,22	158,35	43,71	79,12	197,32	40,10	90,78	176,96	51,30	90,8	205,65	44,14																			
João Pessoa	60,23	126,13	47,75	57,63	144,6	39,85	59,76	133,88	44,64	76,24	155,09	49,16	88,23	200,55	43,99	92,01	170,63	53,92	95,99	194,24	49,42																			
Natal	61,24	131,8	46,46	57,96	135,92	42,64	57,4	140,72	40,79	66,42	167,91	39,56	77,14	212,8	36,25	86,73	186,05	46,62	90,03	219,8	40,96																			
Recife	56,66	122,99	46,07	56,44	140,31	40,23	63,72	132,14	48,22	76,54	155,41	49,25	85,08	183,61	46,34	93,73	171,31	54,71	96,05	205,5	46,74																			
Salvador	62,18	125,84	49,41	59,48	136,2	43,67	58,79	134,81	43,61	69,00	158,71	43,48	78,7	193,06	40,76	86,44	183,15	47,20	88,67	201,7	43,96																			
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DIEESE e do MDS																																								

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DIEESE e do MDS

Como mostra a tabela 7, a relação valor do PBF e custo da cesta básica nacional não apresenta uma tendência de queda ou crescimento para o período considerado. Considerando-se dois anos subsequentes em alguns casos assiste-se a quedas na relação considerada e em alguns casos assiste-se a aumentos da relação.

Em dezembro de 2004, Salvador é das capitais analisadas aquela que apresenta o valor mais alto para a relação valor do PBF/custo da cesta básica (49,41%). Em segundo lugar se encontra a capital Fortaleza (48,55%). De fato, o grupamento Norte/Nordeste é aquele que apresenta o maior valor para a relação apresentada, considerando-se o mês

de dezembro de 2004. O menor valor para a relação, ainda no ano de 2004, é encontrado na região Centro-Oeste: Brasília apresenta o menor valor para a relação 'valor do PBF/custo da cesta' (32,55%), e Goiânia apresenta o terceiro menor valor para o grupo de capitais (34,45%). Na Região Sudeste, para dezembro de 2004, Vitória é a capital com o maior valor do PBF como proporção do custo da cesta básica (41,17%), enquanto o menor valor é encontrado para São Paulo (33,39%). No Sul do país, Florianópolis é a capital que apresenta o valor mais significativo para a relação (40,08%), seguido por Curitiba (38,59%), e Porto Alegre apresenta o valor de 37,18%.

Para os demais anos é tendência que a capital com o menor valor para a relação valor do benefício/custo da cesta básica pertença à Região Sul ou à Região Sudeste, bem como também é uma tendência na série que a relação seja maior para as capitais pertencentes ao grupamento Norte/Nordeste.

A análise dos dados da tabela mostra que a relação é muito baixa para todo o país. O topo do valor para a relação foi de 54,71% em dezembro de 2009 para o Recife. Entretanto, este valor deve ser considerado baixo uma vez que, sendo a cesta básica aquele conjunto de alimentos que satisfaria minimamente às necessidades alimentares de um indivíduo, o valor do benefício do Bolsa Família conseguiria na maioria dos casos representar menos de 50% do necessário. Outra evidência que pode-se tirar destes dados é que existe diferença significativa em ser beneficiário nas diferentes regiões do país; um beneficiário do Sul ou Sudeste não apresenta o mesmo poder de compra que um beneficiário do Norte/Nordeste, como se tornou claro na série acima: para todos os anos analisados, o grupamento Norte/Nordeste é aquele que apresenta os valores mais representativos para a relação valor do PBF/ custo da cesta básica.

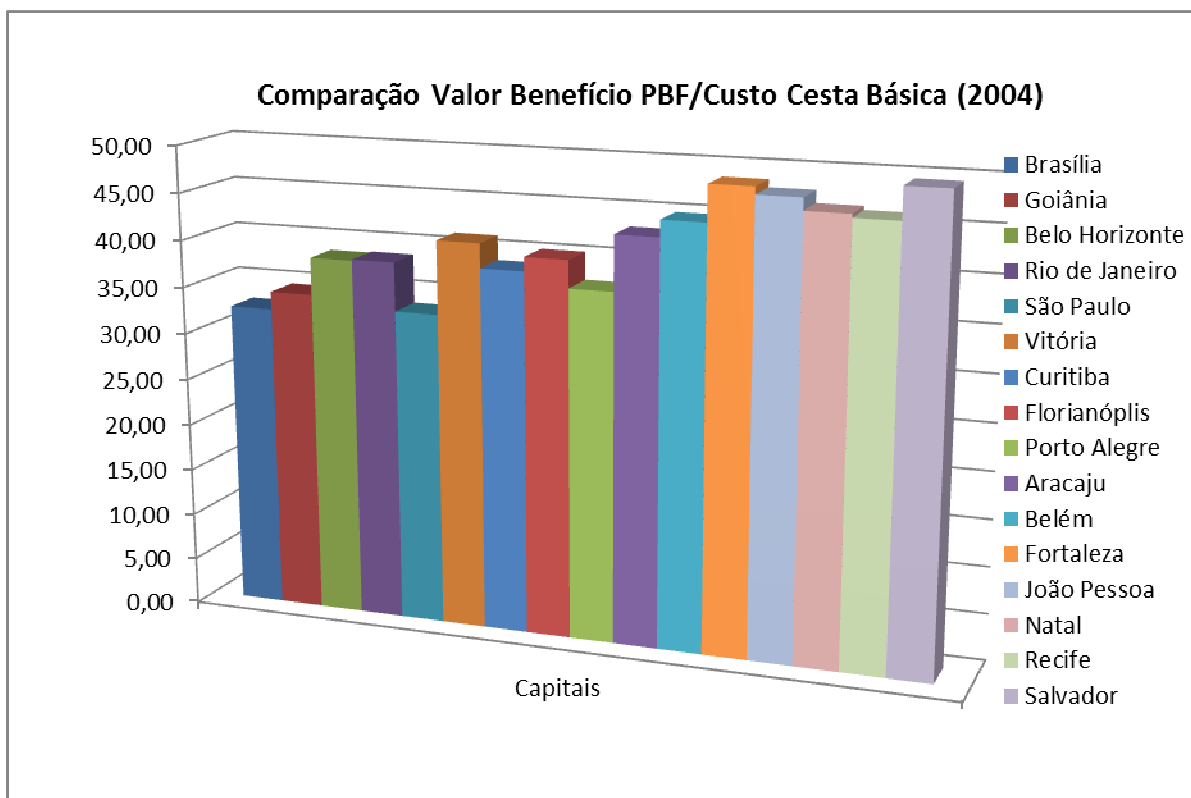


Gráfico 1

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do DIEESE e do MDS

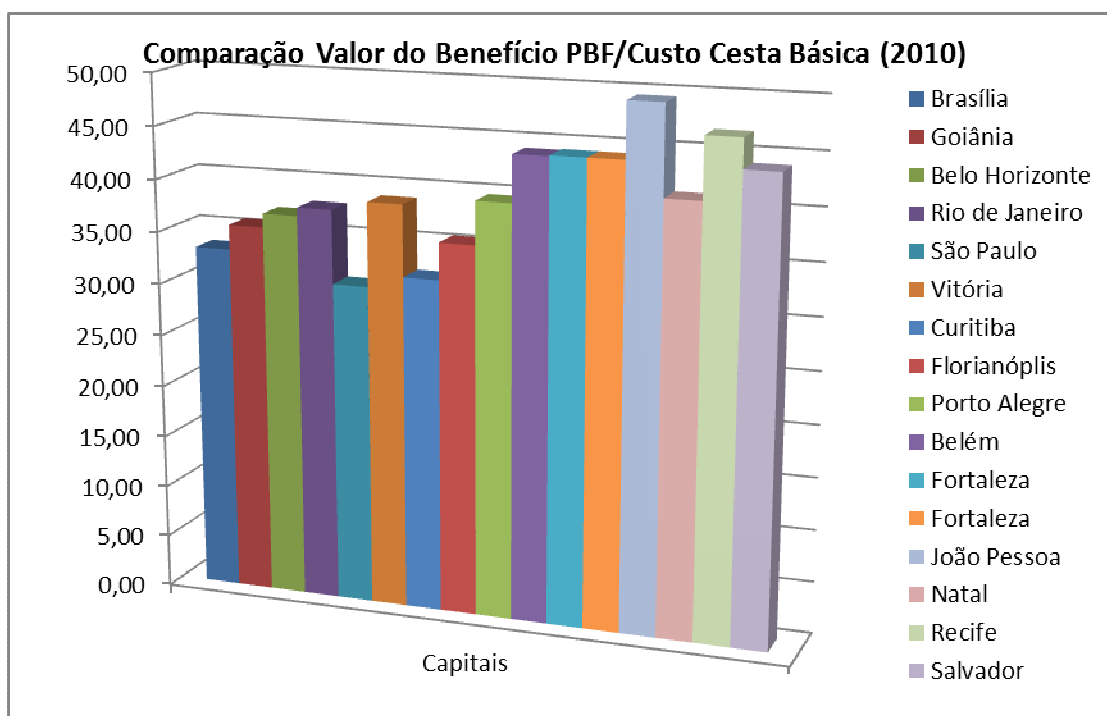


Gráfico 2

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do DIEESE e do MDS

A família beneficiária do Programa Bolsa Família típica, de acordo com SILVEIRA (2009), é composta por 4 membros: 2 crianças/adolescentes e dois adultos. A partir desta informação é possível calcular o gasto mensal desta composição familiar, do que aqui será chamado cesta básica familiar. Por hipótese, a cesta básica familiar será o valor do gasto com a cesta básica convencional multiplicado por 3, considerando-se que os adultos se alimentem como adultos-padrão e as duas crianças se alimentem equivalentemente a um adulto padrão.

TABELA 8 - COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DO BENEFÍCIO DO PBF E DO VALOR DA CESTA BÁSICA FAMILIAR EM 16 CAPITAIS BRASILEIRAS PARA O MÊS DE DEZEMBRO (2004-2010)																					
	dez/04			dez/05			dez/06			dez/07			dez/08			dez/09			dez/10		
	Valor Médio PBF (R\$)	Cesta Básica (R\$)	Comparação (%)	Valor Médio PBF (R\$)	Cesta Básica (R\$)	Comparação (%)	Valor Médio PBF (R\$)	Cesta Básica (R\$)	Comparação (%)	Valor Médio PBF (R\$)	Cesta Básica (R\$)	Comparação (%)	Valor Médio PBF (R\$)	Cesta Básica (R\$)	Comparação (%)	Valor Médio PBF (R\$)	Cesta Básica (R\$)	Comparação (%)	Valor Médio PBF (R\$)	Cesta Básica (R\$)	Comparação (%)
Centro-Oeste																					
Brasília	54,92	506,19	10,85	55,23	531,6	10,39	56,23	515,55	10,91	66,65	579,69	11,50	75,08	708,45	10,60	85,44	666,66	12,82	77,75	701,01	11,09
Goiânia	51,29	446,67	11,48	50,09	447,36	11,20	48,81	457,32	10,67	61,2	568,02	10,77	66,96	628,29	10,65	78,85	572,7	13,77	83,6	703,83	11,88
Sudeste																					
Belo Horizonte	58,5	456,81	12,81	58,19	530,64	10,97	58,33	514,47	11,34	68,85	614,4	11,21	77,84	690,75	11,27	80,79	641,91	12,59	87,31	708,72	12,32
Rio de Janeiro	63,74	496,14	12,85	62,26	534,27	11,65	60,56	514,17	11,78	72,12	583,38	12,36	80,8	719,34	11,23	91,59	640,08	14,31	91,67	728,01	12,59
São Paulo	57,49	516,6	11,13	55,74	550,29	10,13	55,77	546,15	10,21	65,97	643,89	10,25	75,18	718,47	10,46	80,32	684,57	11,73	81,58	795,45	10,26
Vitória	62,73	457,14	13,72	57,28	496,83	11,53	58,73	474,51	12,38	70,91	568,53	12,47	81,06	682,62	11,87	90,66	657,27	13,79	93,82	726	12,92
Sul																					
Curitiba	59,99	466,35	12,86	52,6	530,76	9,91	54,01	503,94	10,72	65,02	561,69	11,58	74,1	688,17	10,77	73,84	635,55	11,62	78,01	731,91	10,66
Florianópolis	63,1	472,26	13,36	60,54	517,86	11,69	60,91	505,8	12,04	70,17	572,49	12,26	79,29	717,09	11,06	78,76	632,7	12,45	84,48	714,42	11,82
Porto Alegre	64,97	524,25	12,39	62,36	573,9	10,87	63,98	558,69	11,45	74,86	638,76	11,72	84,64	764,58	11,07	94,41	712,74	13,25	99,81	756,45	13,19
Norte/Nordeste																					
Aracaju	56,45	393,93	14,33	56,62	435,9	12,99	57,13	412,83	13,84	71,29	513,48	13,88	82,95	579,84	14,31	87,42	507,54	17,22	89,23	527,64	16,91
Belém	66,99	449,1	14,92	66,00	470,31	14,03	66,77	471,48	14,16	78,74	570,03	13,81	88,87	597,15	14,88	98,78	612,96	16,12	99,61	678,27	14,69
Fortaleza	60,56	374,19	16,18	57,61	399,12	14,43	59,07	398,76	14,81	69,22	475,05	14,57	79,12	591,96	13,37	90,78	530,88	17,10	90,8	616,95	14,71
João Pessoa	60,23	378,39	15,92	57,63	433,8	13,28	59,76	401,64	14,88	76,24	465,27	16,39	88,23	601,65	14,66	92,01	511,89	17,97	95,99	582,72	16,47
Natal	61,24	395,4	15,49	57,96	407,76	14,21	57,4	422,16	13,60	66,42	503,73	13,19	77,14	638,4	12,08	86,73	558,15	15,54	90,03	659,4	13,65
Recife	56,66	368,97	15,36	56,44	420,93	13,41	63,72	396,42	16,07	76,54	466,23	16,42	85,08	550,83	15,45	93,73	513,93	18,24	96,05	616,5	15,58
Salvador	62,18	377,52	16,47	59,48	408,6	14,56	58,79	404,43	14,54	69,00	476,13	14,49	78,7	579,18	13,59	86,44	549,45	15,73	88,67	605,1	14,65

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DIEESE e do MDS

Os resultados da comparação entre o valor da cesta básica familiar e o benefício do Bolsa Família são representados pela tabela 8. Como mostra a tabela, o benefício do Bolsa Família corresponde a pouco mais de 10% do valor necessário para satisfazer minimamente as necessidades alimentares de uma família composta por 4 membros, em que dois são crianças e dois adultos. O valor máximo alcançado para a relação corresponde ao valor de 18,24% para dezembro de 2009, e se refere à capital Recife, enquanto o valor mínimo encontrado para a relação (9,91%) se refere à capital Curitiba,

em dezembro de 2005. Estes mesmos resultados comparativos entre capitais são representados graficamente para os anos de 2004 e 2010.

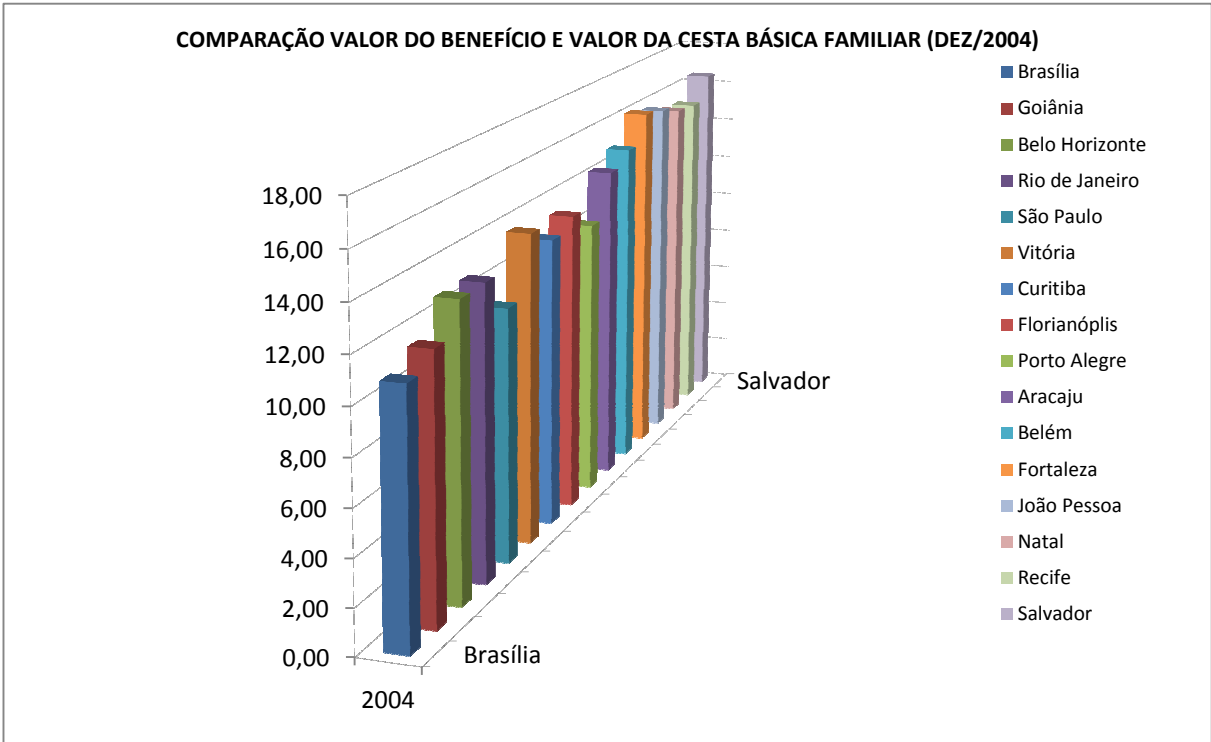


Gráfico 3

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do DIEESE e do MDS

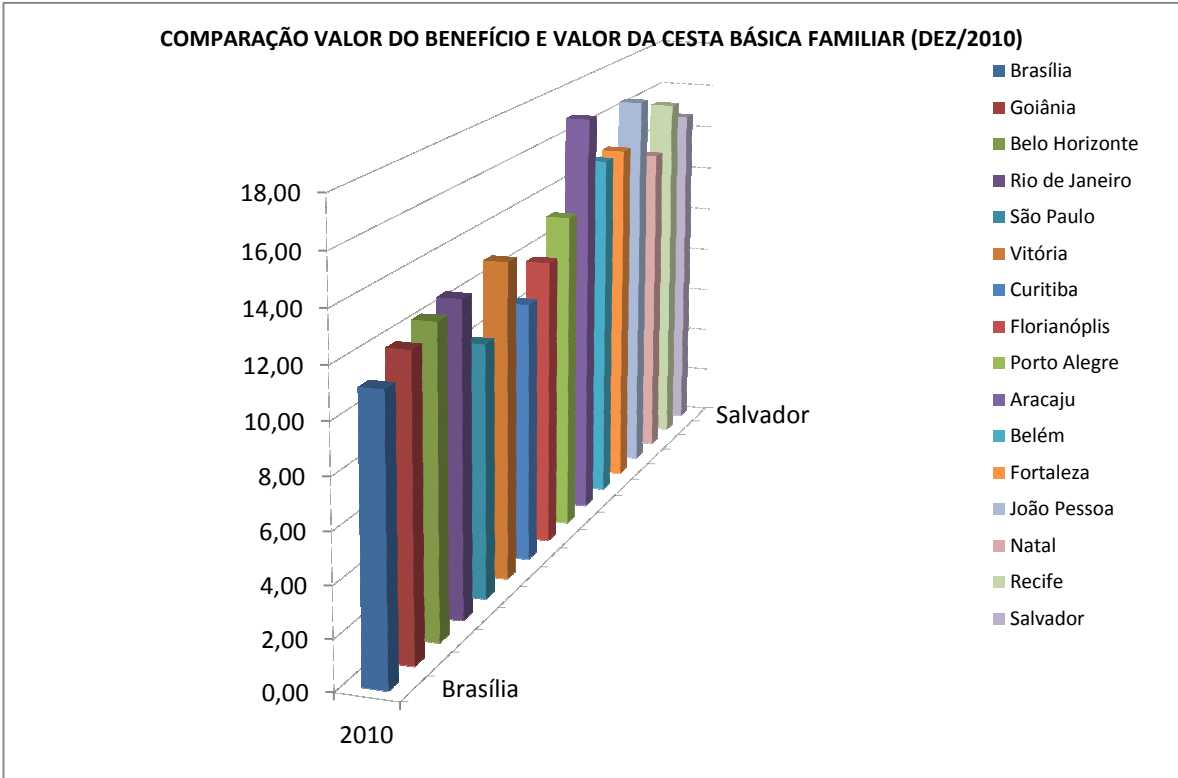


Gráfico 4

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do DIEESE e do MDS

III.4 Comparação com o BPC

Os resultados se tornam ainda mais fortes se comparados com um Benefício com regras claras de reajuste, em que no caso do presente trabalho será usado o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Tal Benefício, por regra constitucional, é vinculado ao salário mínimo, e portanto, sofre acréscimos toda vez que o salário mínimo aumenta, o que tende, senão a gerar ganhos reais a seus beneficiários, mas a incorporar perdas inflacionárias e manter o poder de compra de seus beneficiários. Nos últimos anos, entretanto, o salário mínimo vem sendo reajustado acima da inflação, o que vem representando ganhos reais para os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. Tal análise também proporciona identificar os ganhos em termos de poder de compra que se obtêm ao vincular um benefício concedido aos mais pobres ao salário mínimo, como é o caso do BPC.

TABELA 9 - COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DO BPC E O VALOR DA CESTA MÉDIO BÁSICA (2004-2010)						
Período	Valor Médio do Benefício do PBF (R\$)	Valor Médio Cesta Básica Nacional (R\$)	Comparação (%)	Valor BPC (R\$)	Valor Médio Cesta Básica Nacional (R\$)	Comparação (%)
dez/04	66,85	147,49	45,33	260,00	147,49	176,28
dez/05	63,12	160,20	39,40	300,00	160,20	187,27
dez/06	62,62	156,21	40,09	350,00	156,21	224,06
dez/07	75,24	183,34	41,04	380,00	183,34	207,27
dez/08	86,02	217,84	39,48	415,00	217,84	190,51
dez/09	95,47	200,60	47,59	465,00	200,60	231,80
dez/10	97,49	226,09	43,12	510,00	226,09	225,57

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DIEESE e do MDS

Como mostra a tabela acima, o valor mínimo alcançado pelo Benefício de Prestação Continuada (R\$ 260,00, no ano de 2004) da série sempre se situou acima do valor máximo que uma família podia receber como beneficiária em 2010, cujo valor era de R\$ 220,00. Isto se deve à vinculação do benefício ao salário mínimo. Quanto à comparação entre o valor do benefício e o valor do gasto mensal com a cesta básica alimentar, avalia-se que os valores encontrados para o Benefício de Prestação Continuada são majoritariamente superiores àqueles encontrados para o Bolsa Família. O valor mínimo encontrado para a relação no caso do BPC é de 176,28% (dez/04) e o máximo é de 231,80% (dez/09). Para o Bolsa Família o valor mínimo encontrado é de 39,48% (dez/08) e o máximo de 47,59% (dez/09).

III.5 Cálculo do índice de Poder de Compra para os Beneficiários do PBF

TABELA 10 - ÍNDICE DE PODER DE COMPRA 2004-2010 PARA 16 CAPITAIS BRASILEIRAS						
	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010
	Índice de Poder de Compra (%)	Índice de Poder de Compra (%)	Índice de Poder de Compra (%)	Índice de Poder de Compra (%)	Índice de Poder de Compra (%)	Índice de Poder de Compra (%)
Centro-Oeste						
Brasília	-4,24	4,98	5,42	-7,83	20,93	-13,46
Goiânia	-2,49	-4,68	0,95	-1,08	29,19	-13,73
Sudeste						
Belo Horizonte	-14,37	3,39	-1,16	0,56	11,69	-2,12
Rio de Janeiro	-9,29	1,07	4,96	-9,14	27,39	-12,00
São Paulo	-8,98	0,81	0,33	2,13	12,13	-12,59
Vitória	-15,98	7,35	0,77	-4,79	16,16	-6,31
Sul						
Curitiba	-22,96	8,15	8,01	-6,98	7,90	-8,26
Florianópolis	-12,51	3,01	1,78	-9,79	12,58	-5,01
Porto Alegre	-12,32	5,39	2,34	-5,54	19,66	-0,39
Norte/Nordeste						
Aracaju	-9,36	6,54	0,33	3,04	20,40	-1,82
Belém	-5,92	0,92	-2,46	7,74	8,28	-8,87
Fortaleza	-10,81	2,63	-1,64	-8,27	27,94	-13,93
João Pessoa	-16,54	12,00	10,13	-10,51	22,57	-8,36
Natal	-8,22	-4,34	-3,02	-8,36	28,60	-12,13
Recife	-12,68	19,88	2,13	-5,91	18,08	-14,57
Salvador	-11,62	-0,14	-0,31	-6,24	15,78	-6,85
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DIEESE e do MDS						

A tabela 10 mostra como vem evoluindo o índice de poder de compra nas capitais brasileiras avaliadas neste trabalho. De dez/2004 para dez/2005 todas as 16 capitais apresentaram perda de poder de compra a partir do valor do benefício, em que a cesta básica é adotada como bem a ser consumido. Em especial, o Sul e o Sudeste tiveram as maiores perdas em termos de poder de compra. De 2005 para 2006 a perda de poder de compra não foi uniforme: apenas 3 das capitais abordadas tiveram perda de poder de compra, a saber: Goiânia, Natal e Salvador, e estas perdas são menos significativas que aquelas verificadas no período anterior.

A análise para o período 2006-2007 resultou em perda de poder de compra para 5 das capitais consideradas: Belo Horizonte, Belém, Fortaleza, Natal e Salvador. Ressalta-se aqui que, neste período, a perda de poder de compra se concentrou em especial nos estados pertencentes ao agrupamento Norte/Nordeste. De 2007 para 2008 o Sul e o Centro-Oeste foram as Regiões que apresentaram perda de poder de compra para todas as capitais: -6,98% para Curitiba, -9,79% para Florianópolis, -5,54% para Porto Alegre,

e -7,83% para Brasília e -1,08% para Goiânia. Todas as demais Regiões apresentaram perda de poder de compra para pelo menos duas de suas capitais neste período.

No período seguinte (2008-2009), todas as capitais da análise apresentaram ganhos significativos de poder de compra, em especial no agrupamento Norte/Nordeste. Goiânia, em especial, apresentou variação de 29,19%. Natal apresentou variação positiva de 28,60%, e Fortaleza, de 27,94%. Apesar destes resultados, o período 2009-2010 repercutiu em variações negativas do índice de poder de compra para todas as capitais brasileiras, que variam de -0,39% em Porto Alegre a -14,57%, em Recife.

III.6 Análise Conjunta dos Dados

Como mostraram as tabelas 4 e 5 deste capítulo, as variações no valor de repasse e do número de beneficiários foram positivas para o período 2004-2010 para todos os estados brasileiros. Para a maioria dos estados a variação percentual de 2004 para 2010 foi inclusive superior ao resultado nacional. Uma vez que tanto o valor do benefício e o número de beneficiários sofreram variações positivas a análise procurou verificar como se deu a alocação do montante orçamentário e do número de beneficiários de 2004 para 2010 nos municípios brasileiros. A dimensão adotada foi a de seleção dos 5 municípios de menor IDH-M de cada estado e dos 5 municípios de maior IDH-M de cada estado e ver como os indicadores analisados se comportavam dentro destes municípios em 2004 e como evoluíram de 2004 para 2010.

Os resultados apontaram, em geral, para valores mais expressivos dos dois indicadores para os municípios de maior IDH-M em 2004. Entretanto, assistiu-se a uma evolução percentual de 2004 para 2010 dessas variáveis superior para os municípios de menor IDH-M, o que aponta uma nova tendência em termos de alocação de recursos e beneficiários.

Uma vez que como exposto no Capítulo 2 existe uma inclinação comprovada pela literatura empírica dos beneficiários dos Programas de Transferência de Renda, em especial do Bolsa Família, a aumentar seus níveis de consumo a partir do aumento da renda disponível proporcionado pelo aumento no valor do benefício, e como descreve a seção III.2, este benefício vem sofrendo alterações positivas, coube à análise verificar se esta maior inclinação do grupo beneficiários se comprova no que diz respeito ao poder de compra destes beneficiários a partir do valor do benefício.

Os resultados mostraram uma discrepância do custo da cesta básica para as capitais brasileiras, com uma tendência ao menor custo desta no grupamento Norte/Nordeste, o que repercutiu em uma relação proporcional maior entre o valor do benefício e o custo da cesta básica neste grupamento e menor nas demais regiões, em especial no Sul e no Sudeste. Para todas as regiões consideradas os valores encontrados para a relação são muito baixos, geralmente menores que 50%, valores estes que se tornam ainda menos expressivos uma vez que se compara o valor do BPC com o custo da cesta básica, em que os números encontrados, são na maioria dos casos suficientes para a compra de mais de duas cestas básicas.

O cálculo do índice de poder de compra mostrou o fenômeno de perda de poder de compra para as capitais brasileiras no período considerado, dez/2004 a dez/2010. Para toda a série, com exceção de dezembro de 2009, pelo menos 3 das capitais, tiveram perda em seu poder de compra a partir do valor do benefício do PBF.

Concluiu-se com este capítulo que há diferença entre ser beneficiário em um estado da Região Nordeste ou Sudeste, por exemplo, em termos de poder de compra. Diante disto, talvez se justificasse um reajustamento do benefício em termos estaduais ou regionais ou, mais ainda, a regulamentação de que o benefício deva ser reajustado de acordo com regras claras, a exemplo da adoção de um índice de preços, de modo que o fenômeno de queda de poder de compra ao longo do tempo explicitada no trabalho se reverta. Segundo SOUZA (2004):

“No Brasil, onde existe uma variedade regional de estrutura de consumo e os preços dos bens parecem diferir entre regiões, a depender do objetivo de política que se tenha em mente, torna-se necessário o cálculo de linhas de pobreza regionalizadas.” (SOUZA, 2004. pp. 23)

CONCLUSÃO

Diante da opção que vem sendo tomada, no Brasil, em particular, pelos Programas de Transferência Condicionada de Renda como forma de redução dos níveis de pobreza e desigualdade, coube analisar neste trabalho os efeitos indiretos que estes Programas têm sobre seus beneficiários. O trabalho teve foco, especialmente, sobre os níveis de consumo dos beneficiários do Programa Bolsa-Família, atual carro-chefe da Política Social do Governo Federal.

Os resultados apontados pela análise da literatura indicam efeitos positivos e significativos sobre os níveis de consumo dos beneficiários quando comparados ao grupo de não-beneficiários, em especial nos gastos com alimentação, e também para uma diversificação do consumo de alimentos a partir do aumento da renda disponível via Programa de Transferência de renda a um grupo populacional com uma já alta propensão marginal a consumir, corroborando a tese inicial de cunho keynesiana.

Uma vez corroborada esta hipótese de cunho keynesiano, e constatado, com base na análise dos dados, que o benefício do PBF sofreu acréscimos positivos tanto no número de beneficiários quanto no valor do benefício, o trabalho teve como foco analisar, por desagregação por município, para quais municípios, separados por municípios de menor IDH-M e maior IDH-M, apresentaram-se as maiores variações percentuais para os indicadores “número de beneficiários” e “montante orçamentário”. Constatou-se que, embora em 2004 estes indicadores fossem mais expressivos nos municípios de maior IDH-M, de 2004 para 2010 a variação percentual foi maior nos municípios de menor IDH-M, o que indica uma reversão na tendência de alocação de recursos e de beneficiários.

Em seguida buscou-se verificar se os reajustes do Programa Bolsa Família estavam sendo suficientes para manter o poder de compra ou aumentá-lo em diferentes capitais do país justificando a inclinação dos beneficiários ao aumento do gasto com consumo corrente. Os resultados mostraram disparidades entre o poder de compra nas diferentes capitais, e também para um fenômeno de perda de poder de compra quando o valor médio do benefício foi comparado ao valor da cesta básica alimentar, o que

salienta a necessidade, defendida na literatura, de regras claras para o reajuste do Programa Bolsa Família, com o intuito de que este fenômeno de perda de poder de compra se reverta, tornando o programa mais efetivo no combate à pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTANAZIO, O., MESNARD, A. **The impact of a conditional cash transfer programme on consumption in Colombia**. London: The Institute for Fiscal Studies, 2005.

BARROS, R. et al. **O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira**. Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente, Rio de Janeiro, v.2, p. 41-86, 2007.

BATELLA, W. **Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras**. Revista de Biologia e Ciências da Terra, v.6, n. 2, Minas Gerais, 367-374, ago./dez. 2006

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institue as Comissões de Salário Mínimo.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL – CEDEPLAR (2006). Projeto de avaliação do impacto do programa Bolsa Família – relatório analítico final. Mimeo.

FERRO, A et al. **The Impact of Conditional Cash Transfer Programs on Household work decisions in Brazil**. São Paulo, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**, Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PNAD 2009 – **Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009**. Brasília, 2010. 21 p. (Comunicado, n. 63).

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda**. Rio de Janeiro: Editora Atlas, p.86-88, 1936.

LAVINAS, L. **Excepcionalidade e Paradoxo: renda básica versus programas de transferência de renda direta no Brasil**: Rio de Janeiro: Ufrj, 2004.

MARQUES, R. M. **Salário Mínimo e Desenvolvimento**. São Paulo: Instituto de Economia/UNICAMP, 2005.

MESQUITA, C. **O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e alcance social**. Brasília: Instituto de Ciências Humanas/UNB, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Avaliação do Programa Bolsa-Alimentação – Primeira Fase**, Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Nota Técnica MDS Nº 110. MDS, 2010.

OLIVEIRA E REZENDE, **Avaliando Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o Impacto do Bolsa-Escola sobre os Gastos das Famílias Brasileiras**. Est. econ., São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, ABRIL-JUNHO 2008.

Pero e Szerman. **The New Generation of Social Programs in Brazil**: Rio de Janeiro: Ufrj, 2010.

PERO, V. **Bolsa-Família: uma nova geração de programas sociais no Brasil ou simplesmente: O programa Bolsa-Família no Brasil????**: Rio de Janeiro: Ufrj, 2011.

ROCHA, S. **A Evolução do Programa Bolsa-Família brasileiro: funcionamento e impactos sobre a pobreza**: Latin American Centre/University of Oxford, 2008.

ROCHA et al. **Impacto do Programa Bolsa-Família sobre o Bem-Estar das Famílias beneficiadas no estado do Ceará**. Ceará, 2007.

ROCHA, S. **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda**. Revista de Economia Contemporânea, v. 9, n. 1, Rio de Janeiro, p. 153-185, jan./abr. 2005.

ROCHA, S. **Os “Novos” Programas de Transferências de Renda: impactos possíveis sobre a desigualdade no Brasil**. Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente, Rio de Janeiro, v.2, p. 131-145, 2007.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO – SAGI. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados**, Brasília, v. 2, 2007.

SILVEIRA F. et al. **Cadastro Único: um olhar sobre as famílias pobres no Brasil**, Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro – RJ Grupo de Trabalho: Estratificação e Mobilidade Social, 2009.

SOARES, F. **Para onde caminham os Programas de Transferência Condicionadas? As experiências comparadas de México, Chile e Uruguai**. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios, Brasília, v.2, 164-200, 2010.

SOARES, F. V. et. al. **G. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**: Ipea, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.228).

SOARES et al. **Targeting and Coverage of the Bolsa Família Programme: why knowing what you measure is important in choosing the numbers**: Ipea, 2010 (Working Paper, n. 71).

SOUZA, A. **Por uma Política de Metas de Redução da Pobreza**. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 4, São Paulo, p. 20-27, out./dez. 2005.

VERAS, F. et al. **Cash Transfer Programmes in Brazil: impacts on Inequality and Poverty**, 2006 (Working Paper nº 21).

ANEXO 1

TABELA 1 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO CENTRO-OESTE (2004)

2004						
Centro-Oeste	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
Goiás	Buritinópolis - GO (0,6)	0	0,00	Catalão - GO (0,818)	1982	608098,00
	Cavalcante - GO (0,609)	158	20320,00	Chapadão do Céu - GO (0,834)	48	21297,00
	Guarani de Goiás - GO (0,632)	0	0,00	Goiânia - GO (0,832)	17702	5675689,00
	Monte Alegre de Goiás - GO (0,625)	256	153736,00	Goiatuba - GO (0,812)	1206	469948,00
	São Domingos - GO (0,631)	313	119138,00	Rio Verde - GO (0,807)	3949	1667248,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Goiás	727	293194,00	Soma 5 maiores IDH- M Goiás	24887	8442280,00
Matro Grosso	Barão de Melgaço - MT (0,672)	428	310912,00	Cláudia - MT (0,813)	182	47867,00
	Campinápolis - MT(0,673)	625	337824,00	Cuiabá - MT (0,821)	14924	7330835,00
	Nossa Senhora do Livramento - MT (0,655)	699	238994,00	Lucas do Rio Verde - MT (0,818)	335	177730,00
	Porto Estrela - MT(0,654)	280	72510,00	Primavera do Leste - MT (0,805)	464	124574,00
	Santa Terezinha- MT (0,665)	201	108466,00	Sorriso - MT (0,824)	679	321115,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Mato Grosso	2233	1068706,00	Soma 5 maiores IDH- M Mato Grosso	16584	8002121,00
Mato Grosso do Sul	Dois Irmãos do Buriti (0,686)	264	222405,00	Campo Grande - MS (0,814)	13095	8038125,00
	Japorã - MS (0,636)	122	120090,00	Chapadão do Sul - MS (0,826)	22	20970,00
	Paranhos - MS (0,676)	472	475545,00	Costa Rica -MS (0,798)	283	219330,00
	Porto Murtinho (0,698)	30	24315,00	Dourados - MS (0,788)	566	396060,00
	Tacuru -MS (0,662)	148	135555,00	Nova Andradina - MS (0,786)	427	341835,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Mato Grosso do Sul	1036	977910,00	Soma 5 maiores IDH- M Mato Grosso do Sul	14393	9016320,00
Distrito Federal	Brasília - DF (0,844)	41943	14316545,00	-	-	-
Total	Soma 5 menores IDH- M Distrito Federal	41943	14316545,00	Soma 5 maiores IDH- M Distrito Federal	-	-
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS						

TABELA 2 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO NORDESTE (2004)						
2004						
Nordeste	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
Maranhão	Araioses - MA (0,486)	4249	2.976.637,00	Balsas - MA (0,696)	3.333	2.846.707,00
	Centro do Guilherme - MA (0,484)	538	488.330,00	Imperatriz - MA (0,722)	9.124	6.518.461,00
	Governador Newton Bello -MA (0,494)	1412	778.522,00	Paço do Lumiar - MA (0,727)	4.464	2.428.369,00
	Lagoa Grande do Maranhão - MA (0,492)	1.146	985.137,00	São José de Ribamar - MA (0,7)	7.036	4.169.671,00
	Santana do Maranhão - MA (0,488)	934	716.073,00	São Luís- MA (0,778)	37.741	25.318.520,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Maranhão	8279	5944699,00	Soma 5 maiores IDH- M Maranhão	61698	41281728,00
Piauí	Betânia do Piauí -PI (0,497)	774	417.404,00	Bom Jesus - PI (0,684)	1.529	1.172.635,00
	Caraúbas do Piauí - PI (0,487)	511	437.861,00	Florianópolis - PI (0,711)	2.878	1.653.759,00
	Guaribas - PI (0,479)	667	597.200,00	Picos - PI (0,703)	4.316	2.128.524,00
	Milton Brandão - PI (0,494)	895	687.922,00	São Raimundo Nonato - PI (0,681)	2.340	1.646.237,00
	Murici dos Portelas - PI (0,494)	400	166.420,00	Teresina - PI (0,766)	33.761	22.891.879,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Piauí	3247	2306807,00	Soma 5 maiores IDH- M Piauí	44824	29493034,00
Ceará	Barroquinha - CE (0,551)	1467	978.830,00	Caucaia - CE (0,721)	15393	9.375.500,00
	Croátá - CE (0,557)	1.980	1.544.647,00	Crato - CE (0,716)	6.822	4.265.074,00
	Granja - CE (0,554)	4270	3.489.045,00	Fortaleza - CE (0,786)	75208	46.771.185,00
	Saboeiro - CE (0,56)	2.052	1.156.917,00	Maracanaú - CE (0,736)	9.794	5.537.049,00
	Salitre - CE (0,558)	1.882	1.345.235,00	Pacatuba - CE (0,717)	4.547	3.473.504,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Ceará	11651	8514674,00	Soma 5 maiores IDH- M Ceará	111764	69422312,00
Rio Grande do Norte	Parazinho - RN (0,564)	402	342.943,00	Caicó - RN (0,756)	2986	1.608.353,00
	Pedra Preta - RN (0,575)	226	174.734,00	Carnaúba dos Dantas - RN (0,742)	456	297.104,00
	Pureza - RN (0,577)	375	298.287,00	Natal - RN (0,788)	24067	11.121.852,00
	São Miguel do Gostoso - RN (0,558)	677	608.749,00	Parnamirim - RN (0,76)	4.985	2.800.969,00
	Venha-Ver - RN (0,544)	366	263.427,00	São José do Seridó - RN (0,74)	319	215.779,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Rio Grande do Norte	2046	1688140,00	Soma 5 maiores IDH- M Rio Grande do Norte	32813	16044057,00
Paraíba	Cacimbas - PB (0,494)	930	745.336,00	Bayeux - PB (0,689)	7.197	2.949.130,00
	Casserengue - PB (0,513)	862	662.425,00	Cabedelo -PB (0,757)	1.698	1.061.573,00
	Curral de Cima - PB (0,508)	580	372.530,00	Campina Grande -PB (0,721)	21981	10.929.226,00
	Natuba - PB (0,513)	580	315.014,00	João Pessoa - PB (0,783)	23.721	12.900.592,00
	Poço Dantas - PB (0,517)	514	437.525,00	Várzea - PB (0,697)	257	170.136,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Paraíba	3466	2532830,00	Soma 5 maiores IDH- M Paraíba	54854	28010657,00
Pernambuco	Águas Belas - PE (0,532)	1552	942.219,00	Fernando de Noronha - PE (0,862)	3	168,00
	Caetés - PE (0,521)	2.885	1.788.066,00	Jaboatão Dos Guararapes - PE (0,777)	31.991	13.325.072,00
	Iati - PE (0,526)	1686	1.340.206,00	Olinda - PE (0,792)	12159	7.400.180,00
	Lagos dos Gatos - PE (0,536)	1.992	1.121.989,00	Paulista - PE (0,799)	10.409	5.652.359,00
	Manari - PE (0,467)	1.070	747.707,00	Recife - PE (0,797)	41.990	19.517.077,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Pernambuco	9185	5940187,00	Soma 5 maiores IDH- M Pernambuco	96552	45894856,00
Alagoas	Canapi -AL (0,507)	1489	1.134.136,00	Maceió - AL (0,739)	37174	20.668.308,00
	Poço das Trincheiras - AL (0,499)	1.412	849.139,00	Palmeira Dos Índios - AL (0,666)	4.874	3.297.047,00
	Porto de Pedras - AL (0,499)	1034	925.978,00	Rio Largo - AL (0,671)	5166	2.768.936,00
	Senador Rui Palmeira - AL (0,507)	1.401	837.034,00	São Miguel Dos Campos - AL (0,671)	2.916	1.870.574,00
	Traipu - AL (0,479)	2.614	2.023.621,00	Satuba - AL (0,705)	604	387.445,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Alagoas	7950	5769908,00	Soma 5 maiores IDH- M Alagoas	50734	28992310,00
Sergipe	Brejo Grande - SE (0,555)	359	313.524,00	Aracaju - SE (0,794)	15445	7.940.994,00
	Poço Redondo - SE (0,536)	3.366	2.426.105,00	Cedro de São João - SE (0,684)	559	237.614,00
	Porto da Folha - SE (0,556)	2959	2.140.298,00	Itabaiana - SE (0,678)	3224	2.538.180,00
	Riachão do Dantas - SE (0,556)	2.007	852.052,00	Nossa Senhora do Socorro - SE (0,696)	4.072	2.022.482,00
	Santa Luzia do Itanhhy - SE (0,545)	609	435.988,00	São Cristóvão - SE (0,7)	2.813	1.237.205,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Sergipe	9300	6167967,00	Soma 5 maiores IDH- M Sergipe	26113	13976475,00
Bahia	Coronel João sá - BA (0,526)	1.564	1251713,00	Camaçari - BA (0,734)	2.677	1388678,00
	Itapicuru - BA (0,521)	1.289	968860,00	Itabuna - BA (0,748)	8.542	4042212,00
	Monte Santo - BA (0,534)	6.423	3028809,00	Lauro de Freitas - BA (0,771)	5.953	3143882,00
	Quijingue - BA (0,526)	3.155	2545134,00	Salvador - BA (0,805)	84.637	51494828,00
	Santa Brígida - BA (0,53)	1.344	652012,00	Simões Filho - BA (0,73)	4.745	3063454,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Bahia	13775	8446528,00	Soma 5 maiores IDH- M Bahia	106554	63133054,00

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS

TABELA 3 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO NORTE (2004)						
2004						
Norte	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
Acre	Feijó - AC (0,541)	1.491	1.069.655,00	Acrelândia - AC (0,68)	402	330.915,00
	Jordão - AC (0,475)	138	131.190,00	Epitaciolândia - AC (0,684)	630	402.135,00
	Marechal Thaumaturgo - AC (0,533)	493	528.135,00	Plácido de Castro - AC (0,683)	1.136	762.860,00
	Porto Walter - AC (0,54)	102	92.085,00	Rio Branco - AC (0,754)	12.108	7.201.245,00
	Santa Rosa do Purus - AC (0,525)	120	107.400,00	Senador Guimard - AC (0,701)	590	347.540,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Acre	2344	1928465,00	Soma 5 maiores IDH- M Acre	14866	9044695,00
Amazonas	Envira - AM (0,513)	654	460.651,00	Itacoatiara - AM (0,711)	5.482	3.181.171,00
	Guajará - AM (0,504)	234	208.411,00	Manaus - AM (0,774)	36.447	22.595.474,00
	Ipixuna - AM (0,487)	484	270.199,00	Presidente Figueiredo - AM (0,741)	845	422.242,00
	Itamarati - AM (0,505)	388	331.007,00	Tabatinga - AM (0,699)	32	24.468,00
	Tapauá - AM (0,498)	1.547	1.039.683,00	Urucará - AM (0,698)	959	702.740,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Amazonas	3307	2309951,00	Soma 5 maiores IDH- M Amazonas	43765	26926095,00
Roraima	Amajari - RR (0,654)	8	7.500,00	Boa Vista - RR (0,779)	10.905	5.767.392,00
	Bonfim - RR (0,654)	271	253.700,00	Iracema - RR (0,713)	448	315.886,00
	Cantá - RR (0,659)	84	76.005,00	Mucajai - RR (0,726)	202	172.966,00
	Normandia - RR (0,6)	17	13.365,00	Pacaraima - RR (0,718)	63	55.760,00
	Uiramutã - RR (0,542)	42	29.196,00	São João da Baliza - RR (0,729)	167	140.308,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Roraima	422	379766,00	Soma 5 maiores IDH- M Roraima	11785	6452312,00
Rondônia	Corumbiara - RO (0,668)	299	210.642,00	Cacoal - RO (0,755)	4.694	1.825.903,00
	Nova Mamoré - RO (0,659)	836	161.421,00	Ji-paraná - RO (0,753)	2.277	891.020,00
	Parecis - RO (0,666)	-	-	Pimenta Bueno - RO (0,754)	1.098	518.754,00
	São Miguel do Guaporé - RO (0,669)	468	171.575,00	Porto Velho - RO (0,763)	13.014	4.906.163,00
	Theobroma - RO (0,661)	200	166.685,00	Vilhena - RO (0,771)	2.675	907.106,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Rondônia	1803	710323,00	Soma 5 maiores IDH- M Rondônia	23758	9048946,00
Pará	Bagre - PA (0,571)	533	473.767,00	Ananindeua - PA (0,782)	17.450	9.595.301,00
	Cachoeira do Piriá - PA (0,551)	316	272.383,00	Barcarena - PA (0,768)	1.765	721.768,00
	Garrafão do Norte - PA (0,578)	1.267	728.309,00	Belém - PA (0,806)	30.414	12.423.737,00
	Melgaço - PA (0,525)	826	805.503,00	Novo Progresso - PA (0,76)	864	357.527,00
	São João do Araguaia - PA (0,582)	814	638.268,00	Tucuruí - PA (0,755)	4.149	2.832.924,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Pará	3756	2918230,00	Soma 5 maiores IDH- M Pará	54642	25931257,00
Amapá	Itaubal - AP (0,642)	24	16.340,00	Laranjal do Jari - AP (0,732)	451	376.917,00
	Mazagão - AP (0,659)	153	138.494,00	Macapá - AP (0,772)	3.871	2.491.766,00
	Pedra Branca do Amapari - AP (0,625)	351	159.750,00	Oiapoque - AP (0,738)	405	367.590,00
	Pracuúba - AP (0,66)	134	134.430,00	Santana - AP (0,742)	3.450	3.035.430,00
	Vitória do Jari - AP (0,659)	231	204.385,00	Serra do Navio - AP (0,743)	95	70.618,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Amapá	893	653399,00	Soma 5 maiores IDH- M Amapá	8272	6342321,00
Tocantins	Axixá do Tocantins - TO (0,571)	903	455695,00	Cariri do Tocantins - TO (0,752)	153	118.687,00
	Carrasco Bonito - TO (0,562)	262	163051,00	Gurupi - TO (0,793)	1.501	1.010.618,00
	Esperantina - TO (0,572)	662	570068,00	Palmas - TO (0,8)	3.815	2.193.105,00
	Lagoa do Tocantins - TO (0,574)	201	121946,00	Paraíso do Tocantins - TO (0,777)	1.168	623.145,00
	Recursolândia - TO (0,567)	171	58647,00	Porto Nacional - TO (0,75)	1.874	1.573.901,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Tocantins	2199	1369407,00	Soma 5 maiores IDH- M Tocantins	8511	5519456,00
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS						

TABELA 4 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO SUDESTE (2004)						
2004						
Sudeste	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
Rio de Janeiro	Cardoso Moreira - RJ (0,706)	676	133.205,00	Niterói - RJ (0,886)	5.260	2.512.945,00
	Duas Barras - RJ (0,712)	233	69.140,00	Nova Friburgo - RJ (0,81)	2.042	884.140,00
	Laje do Muriaé - RJ (0,71)	57	54.165,00	Resende - RJ (0,809)	1.839	586.485,00
	São Francisco de Itabapoana - RJ (0,688)	1.879	1.161.865,00	Rio de Janeiro - RJ (0,842)	47.349	13.481.455,00
	Varre-sai - RJ (0,679)	286	174.860,00	Volta Redonda - RJ (0,815)	327	192.150,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Rio de Janeiro	3131	1593235,00	Soma 5 maiores IDH- M Rio de Janeiro	56817	17657175,00
São Paulo	Barra do Chapéu - SP (0,646)	495	297.960,00	Águas de São Pedro - SP (0,908)	13	1.291,00
	Barra do Turvo - SP (0,663)	563	437.722,00	Jundiaí - SP (0,857)	5.153	3.495.557,00
	Itaóca - SP (0,65)	295	180.081,00	Santos - SP (0,871)	3.302	1.606.923,00
	Itapirapuã Paulista - SP (0,645)	143	128.764,00	São Caetano do Sul - SP (0,919)	895	364.279,00
	Ribeirão Branco - SP (0,649)	1.469	1.199.056,00	Vinhedo - SP (0,857)	430	160.864,00
Total	Soma 5 menores IDH- M São Paulo	2965	2243583,00	Soma 5 maiores IDH- M São Paulo	9793	5628914,00
Minas Gerais	Bonito de Minas - MG (0,58)	725	502.337,00	Belo Horizonte - MG (0,839)	70.957	38.320.374,00
	Indaiabira - MG (0,571)	416	271.396,00	Divinópolis - MG (0,831)	5.389	2.167.746,00
	Monte Formoso - MG (0,57)	454	306.394,00	Poços de Caldas - MG (0,841)	2.727	987.339,00
	Pai Pedro - MG (0,575)	547	397.949,00	São Lourenço - MG (0,839)	1.112	489.802,00
	Setubinha - MG (0,568)	743	616.965,00	Uberaba - MG (0,834)	6.172	2.794.103,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Minas Gerais	2885	2095041,00	Soma 5 maiores IDH- M Minas Gerais	86357	44759364,00
Espírito Santo	Água Doce do Norte - ES (0,659)	250	107.906,00	Guarapari - ES (0,789)	3.139	1.581.668,00
	Alto Rio Novo - ES (0,679)	523	154.047,00	Iconha - ES (0,79)	606	229.154,00
	Pancas - ES (0,667)	831	503.615,00	Santa Teresa - ES (0,789)	832	312.322,00
	Pedro Canário - ES (0,673)	1357	516.618,00	Vila Velha - ES (0,817)	10.067	4.101.270,00
	Presidente Kennedy - ES (0,674)	929	489.276,00	Vitória - ES (0,856)	6.758	3.177.277,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Espírito Santo	3890	1771462,00	Soma 5 maiores IDH- M Espírito Santo	21402	9401691,00
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS						

TABELA 5 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO SUL (2004)

2004						
Sul	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
Santa Catarina	Calmon - SC (0,7)	156	71.864,00	Balneário Camboriú - SC (0,867)	720	208.874,00
	Campo Belo do Sul - SC (0,694)	314	226.992,00	Blumenau - SC (0,855)	1.648	903.488,00
	Cerro Negro - SC (0,686)	205	165.866,00	Florianópolis - SC (0,875)	4.806	2.544.754,00
	Entre Rios - SC (0,694)	197	114.169,00	Joaçaba - SC (0,866)	412	177.395,00
	Timbó Grande - SC (0,68)	244	185.202,00	Joinville - SC (0,857)	5.446	2.505.837,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Santa Catarina	1116	764093,00	Soma 5 maiores IDH- M Santa Catarina	13032	6340348,00
Rio Grande do Sul	Barros Cassal - RS (0,695)	670	248.920,00	Bento Gonçalves - RS (0,87)	1.153	638.668,00
	Benjamin Constant do Sul - RS (0,666)	59	12.366,00	Carlos Barbosa - RS (0,858)	174	57.754,00
	Braga - RS (0,703)	129	68.678,00	Caxias do Sul - RS (0,857)	4.883	2.315.223,00
	Lagoão - RS (0,674)	352	132.460,00	Porto Alegre - RS (0,865)	27.434	17.439.261,00
	São José do Norte - RS (0,703)	1.145	576.663,00	Selbach - RS (0,856)	65	32.498,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Rio Grande do Sul	2355	1039087,00	Soma 5 maiores IDH- M Rio Grande do Sul	33709	20483404,00
Paraná	Doutor Ulysses - PR (0,627)	510	248.289,00	Curitiba - PR (0,856)	24.369	12.763.216,00
	Imbaú - PR (0,646)	395	194.362,00	Entre Rios do Oeste - PR (0,847)	71	23.418,00
	Mato Rico - PR (0,64)	361	266.383,00	Maripá - PR (0,845)	164	60.043,00
	Ortigueira - PR (0,62)	2477	1.150.321,00	Pato Branco - PR (0,849)	1.728	761.458,00
	Reserva - PR (0,646)	806	233.575,00	Quatro Pontes - PR (0,851)	54	30.842,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Paraná	4549	2092930,00	Soma 5 maiores IDH- M Paraná	26386	13638977,00

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS

TABELA 6 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO CENTRO-OESTE (2010)

2010						
Centro-Oeste	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
	Buritópolis - GO (0,6)	423	513257,00	Catalão - GO (0,818)	2.553	2275958,00
	Cavalcante - GO (0,609)	1.397	1686174,00	Chapadão do Céu - GO (0,834)	208	187067,00
Goiás	Guarani de Goiás - GO (0,632)	545	643165,00	Goiânia - GO (0,832)	30.242	28813116,00
	Monte Alegre de Goiás - GO (0,625)	1.072	1297165,00	Goiatuba - GO (0,812)	1770	1854039,00
	São Domingos - GO (0,631)	1.122	1330249,00	Rio Verde - GO (0,807)	5.217	4085262,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Goiás	4.559	5470010,00	Soma 5 maiores IDH- M Goiás	39.990	37215442,00
	Carlinda - MT (0,7)	1155	1468083,00	Campos de Júlio - MT (0,81)	180	150540,00
	Nossa Senhora do Livramento - MT (0,655)	1.146	1562699,00	Cláudia - MT (0,813)	517	444790,00
Mato Grosso	Porto Estrela - MT (0,654)	410	449790,00	Cuiabá - MT (0,821)	21.729	19857966,00
	Reserva do Cabaçal - MT (0,68)	216	257326,00	Lucas do Rio Verde - MT (0,818)	1.086	1053238,00
	Santa Terezinha - MT (0,665)	747	863097,00	Sorriso - MT (0,824)	1.646	1848313,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Mato Grosso	3.674	4600995,00	Soma 5 maiores IDH- M Mato Grosso	25.158	23354847,00
	Dois Irmãos do Buriti - MS (0,686)	1.170	1504804,00	Campo Grande - MS (0,814)	30144	25208709,00
	Japorã - MS (0,636)	830	1070872,00	Chapadão do Sul - MS (0,826)	635	570111,00
Mato Grosso do Sul	Paranhos - MS (0,676)	1.397	1902926,00	Costa Rica - MS (0,798)	1.288	1407949,00
	Porto Murtinho - MS (0,698)	1.378	1616551,00	Dourados - MS (0,788)	7.257	8075361,00
	Tacuru - MS (0,662)	1.233	1551070,00	São Gabriel do Oeste - MS (0,808)	1.200	1169802,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Mato Grosso do Sul	6.008	7646223,00	Soma 5 maiores IDH- M Mato Grosso do Sul	40.524	36431932,00
Distrito Federal	Brasília - DF (0,844)	98.552	74719218,00	-	-	-
Total	Soma 5 menores IDH- M Distrito Federal	98.552	74719218,00	-	-	-

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS

TABELA 7 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO NORDESTE (2010)						
2010						
Nordeste	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
Maranhão	Araioses - MA (0,486)	1.219	1.661.666,00	Balsas - MA (0,696)	9.659	12.480.024,00
	Centro do Guilherme - MA (0,484)	5.842	7.647.186,00	Imperatriz - MA (0,722)	18.567	19.327.433,00
	Governador Newton Bello - MA (0,494)	1.578	2.057.569,00	Paço do Lumiar - MA (0,727)	12.890	15.491.549,00
	Lagoa Grande do Maranhão - MA (0,492)	1.567	2.203.586,00	São José de Ribamar - MA (0,7)	18.402	21.083.312,00
	Santana do Maranhão - MA (0,488)	1.864	2.401.780,00	São Luís - MA (0,778)	79.929	92.599.854,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Maranhão	12.070	15.971.787,00	Soma 5 maiores IDH- M Maranhão	139.447	160.982.172,00
Piauí	Betânia do Piauí - PI (0,497)	1.263	1.516.746,00	Bom Jesus - PI (0,684)	2.277	7.284.743,00
	Caraúbas do Piauí - PI (0,487)	1.001	1.189.898,00	Floriano - PI (0,711)	6.128	5.503.146,00
	Guaribas - PI (0,479)	908	1.148.985,00	Picos - PI (0,703)	8.522	9.767.183,00
	Milton Brandão - PI (0,494)	1.098	1.286.459,00	São Raimundo Nonato - PI (0,681)	4.725	2.878.772,00
	Murici dos Portelas - PI (0,494)	1.327	1.543.217,00	Teresina - PI (0,766)	68.467	73.836.563,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Piauí	5.597	6.685.305,00	Soma 5 maiores IDH- M Piauí	90.119	99.270.407,00
Ceará	Barroquinha - CE (0,551)	2.175	2.757.316,00	Caucaia - CE (0,721)	29.054	30.790.309,00
	Croatá - CE (0,557)	2.774	3.407.058,00	Crato - CE (0,716)	14.320	17.185.754,00
	Granja - CE (0,554)	6.926	8.807.898,00	Fortaleza - CE (0,786)	196.699	200.137.472,00
	Saboeiro - CE (0,56)	2.875	3.475.137,00	Maracanaú - CE (0,736)	21.465	23.727.313,00
	Salitre - CE (0,558)	2.913	3.715.081,00	Pacatuba (0,717)	7.242	7.563.244,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Ceará	17.663	22.162.490,00	Soma 5 maiores IDH- M Ceará	268.780	279.404.092,00
Rio Grande do Norte	Parazinho - RN (0,564)	693	790.599,00	Caicó - RN (0,756)	7.145	8.153.734,00
	Pedra Preta - RN (0,575)	443	552.272,00	Carnaúba dos Dantas - RN (0,742)	704	641.999,00
	Pureza - RN (0,577)	1.114	1.338.719,00	Natal - RN (0,788)	48.985	49.929.068,00
	São Miguel do Gostoso - RN (0,558)	1.289	1.615.539,00	Parnamirim - RN (0,76)	13.382	12.816.910,00
	Venha-Ver - RN (0,544)	646	776.740,00	São José do Seridó - RN (0,74)	423	363.201,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Rio Grande do Norte	4.185	5.073.869,00	Soma 5 maiores IDH- M Rio Grande do Norte	70.639	71.904.912,00
Paraíba	Cacimbas - PB (0,494)	1.109	1.430.104,00	Bayeux - PB (0,689)	10.903	12.835.860,00
	Casserengue - PB (0,513)	997	983.779,00	Cabedelo - PB (0,757)	4.383	5.259.991,00
	Curral de Cima - PB (0,508)	793	1.218.654,00	Campina Grande - PB (0,721)	34.698	38.140.542,00
	Natuba - PB (0,513)	1.244	983.779,00	João Pessoa - PB (0,783)	57.857	63.831.251,00
	Poço Dantas - PB (0,517)	660	812.013,00	Várzea - PB (0,697)	329	361.691,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Paraíba	4.803	5.428.329,00	Soma 5 maiores IDH- M Paraíba	108.170	120.429.335,00
Pernambuco	Águas Belas - PE (0,532)	6.335	8.263.992,00	Fernando de Noronha - PE (0,862)	10	6.946,00
	Caetés - PE (0,521)	4.032	5.118.007,00	Jaboatão Dos Guararapes - PE (0,777)	66.312	68.323.743,00
	Iati - PE (0,526)	2.843	3.669.676,00	Olinda - PE (0,792)	33.216	39.642.339,00
	Lagos dos Gatos - PE (0,536)	2.774	3.219.947,00	Paulista - PE (0,799)	22.791	23.862.949,00
	Manari - PE (0,467)	3.088	3.846.907,00	Recife - PE (0,797)	122.336	144.645.360,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Pernambuco	19.072	24.118.529,00	Soma 5 maiores IDH- M Pernambuco	244.665	276.481.337,00
Alagoas	Canapi (0,507)	3.185	4.167.336,00	Maceió - AL (0,739)	82.835	87.241.468,00
	Poço das Trincheiras - AL (0,499)	2.278	2.892.726,00	Palmeira Dos Índios - AL (0,666)	11.615	13.526.451,00
	Porto de Pedras - AL (0,499)	1.494	1.677.295,00	Rio Largo - AL (0,671)	9.505	11.151.473,00
	Senador Rui Palmeira - AL (0,507)	2.137	2.615.314,00	São Miguel Dos Campos - AL (0,671)	5.374	5.716.124,00
	Traipu - AL (0,479)	4.361	5.563.396,00	Satuba - AL (0,705)	1.578	1.818.845,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Alagoas	13.455	16.916.067,00	Soma 5 maiores IDH- M Alagoas	110.907	119.454.361,00
Sergipe	Brejo Grande - SE (0,555)	1.181	1.525.474,00	Aracaju - SE (0,794)	34.747	35.610.938,00
	Poço Redondo - SE (0,536)	4.276	5.480.788,00	Cedro de São João - SE (0,684)	729	878.650,00
	Porto da Folha - SE (0,556)	4.208	5.236.424,00	Itabaiana - SE (0,678)	9.780	10.633.885,00
	Riachão do Dantas - SE (0,556)	2.767	3.548.120,00	Nossa Senhora do Socorro - SE (0,696)	19.037	21.340.354,00
	Santa Luzia do Itanhy - SE (0,545)	2.201	2.833.267,00	São Cristóvão - SE (0,7)	8.074	9.920.184,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Sergipe	14.633	18.624.073,00	Soma 5 maiores IDH- M Sergipe	72.367	78.384.011,00
Bahia	Coronel João Sá - BA (0,526)	3.278	3.817.450,00	Camaçari - BA (0,734)	19.760	24.558.114,00
	Itapicuru - BA (0,521)	5.051	6.218.697,00	Itabuna - BA (0,748)	19.827	23.976.550,00
	Monte Santo - BA (0,534)	8.845	10.902.008,00	Lauro de Freitas - BA (0,771)	15.331	18.486.000,00
	Quijingue - BA (0,526)	4.972	6.072.281,00	Salvador - BA (0,805)	192.581	182.022.199,00
	Santa Brígida - BA (0,53)	2.699	3.301.513,00	Simões Filho - BA (0,73)	10.796	10.881.658,00
Total	Soma 5 menores IDH- M Bahia	24.845	30.311.949,00	Soma 5 maiores IDH- M Bahia	258.295	259.924.521,00

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS

TABELA 8 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO NORTE (2010)						
2010						
Norte	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
Acre	Feijó - AC (0,541)	3.706	5.119.707,00	Acrelândia - AC (0,68)	1.033	1.311.218,00
	Jordão - AC (0,475)	777	1.109.614,00	Epitaciolândia - AC (0,684)	1.267	1.627.344,00
	Marechal Thaumaturgo - AC (0,533)	1.125	1.678.014,00	Plácido de Castro - AC (0,683)	1.544	2.065.885,00
	Porto Walter - AC (0,54)	501	763.343,00	Rio Branco - AC (0,754)	21.498	26.368.166,00
	Santa Rosa do Purus - AC (0,525)	352	461.552,00	Senador Guiomard - AC (0,701)	2.194	2.845.329,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Acre	6.461	9.132.230,00	Soma 5 maiores IDH-M Acre	27.536	34.217.942,00
Amazonas	Envira - AM (0,513)	2.107	2.727.322,00	Itacoatiara - AM (0,711)	9.015	11.963.248,00
	Guajará - AM (0,504)	1.905	2.649.736,00	Manaus - AM (0,774)	101.693	120.945.595,00
	Ipixuna - AM (0,487)	2.027	2.689.394,00	Presidente Figueiredo - AM (0,741)	2.097	2.598.681,00
	Itamarati - AM (0,505)	1.184	1.630.925,00	Tabatinga - AM (0,699)	4.897	6.808.887,00
	Tapauá - AM (0,498)	2.565	3.434.561,00	Urucará - AM (0,698)	2.040	2.643.096,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Amazonas	9.788	13.131.938,00	Soma 5 maiores IDH-M Amazonas	119.742	144.959.507,00
Roraima	Amajari - RR (0,654)	1.006	1.226.354,00	Boa Vista - RR (0,779)	21.481	28.004.716,00
	Bonfim - RR (0,654)	1.569	1.919.602,00	Iracema - RR (0,713)	929	1.163.172,00
	Cantá - RR (0,659)	1.853	2.330.212,00	Mucajá - RR (0,726)	1.820	2.465.985,00
	Normandia - RR (0,6)	1.032	1.494.008,00	Pacaraima - RR (0,718)	1.149	1.554.028,00
	Uiramutã - RR (0,542)	1.190	1.789.259,00	São João da Baliza - RR (0,729)	865	1.105.034,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Roraima	6.650	8.759.435,00	Soma 5 maiores IDH-M Roraima	26.244	34.292.935,00
Rondônia	Corumbiara - RO (0,668)	943	1.097.486,00	Cacoal - RO (0,755)	5.486	5.934.198,00
	Nova Mamoré - RO (0,659)	2.440	2.871.577,00	Ji-paraná - RO (0,753)	7.035	7.529.645,00
	Parecis - RO (0,666)	445	505.056,00	Pimenta Bueno - RO (0,754)	2.125	2.258.011,00
	São Miguel do Guaporé - RO (0,669)	2.165	2.611.516,00	Porto Velho - RO (0,763)	23.975	29.547.970,00
	Theobroma - RO (0,661)	1.039	1.338.201,00	Vilhena - RO (0,771)	2.947	3.333.550,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Rondônia	7.032	8.423.836,00	Soma 5 maiores IDH-M Rondônia	41.568	48.603.374,00
Pará	Bagre - PA (0,571)	2.095	3.029.284,00	Ananindeua - PA (0,782)	33.227	40.418.094,00
	Cachoeira do Piriá - PA (0,551)	2.376	3.312.806,00	Barcarena - PA (0,768)	7.722	10.353.734,00
	Garrafão do Norte - PA (0,578)	3.372	4.670.014,00	Belém - PA (0,806)	81.270	88.878.253,00
	Melgaço - PA (0,525)	2.445	3.638.974,00	Novo Progresso - PA (0,76)	1.432	1.724.552,00
	São João do Araguaia - PA (0,582)	1.421	2.014.879,00	Tucuruí - PA (0,755)	8.475	11.339.980,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Pará	11.709	16.665.957,00	Soma 5 maiores IDH-M Pará	132.126	152.714.613,00
Amapá	Itaubal - AP (0,642)	422	577.607,00	Laranjal do Jari - AP (0,732)	3.929	5.400.911,00
	Mazagão - AP (0,659)	1.500	2.154.075,00	Macapá - AP (0,772)	20.680	28.330.387,00
	Pedra Branca do Amapari - AP (0,625)	767	973.656,00	Oiapoque - AP (0,738)	1.255	1.625.194,00
	Pracuúba - AP (0,66)	352	488.588,00	Santana - AP (0,742)	8.808	11.907.746,00
	Vitória do Jari - AP (0,659)	1.381	1.974.410,00	Serra do Navio - AP (0,743)	321	441.579,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Amapá	4.422	6.168.336,00	Soma 5 maiores IDH-M Amapá	34.993	47.705.817,00
Tocantins	Axixá do Tocantins - TO (0,571)	1.415	1908546,00	Cariri do Tocantins - TO (0,752)	266	278.799,00
	Carrasco Bonito - TO (0,562)	524	628023,00	Gurupi - TO (0,793)	4.285	3.646.254,00
	Esperantina - TO (0,572)	1.287	1680586,00	Palmas - TO (0,8)	10.543	9.483.566,00
	Lagoa do Tocantins - TO (0,574)	500	668914,00	Paraíso do Tocantins - TO (0,777)	2.595	2.349.864,00
	Recursolândia - TO (0,567)	637	832052,00	Porto Nacional - TO (0,75)	4.374	5.315.049,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Tocantins	4.363	5.718.121,00	Soma 5 maiores IDH-M Tocantins	22.063	21.073.532,00

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS

TABELA 9 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO SUDESTE (2010)

2010						
Sudeste	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
Rio de Janeiro	Cardoso Moreira - RJ (0,706)	1.018	1.048.474,00	Niterói - RJ (0,886)	12.839	14.905.601,00
	Duas Barras - RJ (0,712)	496	498.430,00	Nova Friburgo - RJ (0,81)	4.253	3.982.435,00
	Laje do Muriaé - RJ (0,71)	657	765.204,00	Resende - RJ (0,809)	2.411	2.115.511,00
	São Francisco de Itabapoana - RJ (0,688)	4.033	4.508.244,00	Rio de Janeiro - RJ (0,842)	175.944	183.648.939,00
	Varre-sai - RJ (0,679)	708	904.844,00	Volta Redonda - RJ (0,815)	9.660	11.004.505,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Rio de Janeiro	6.912	7.725.196,00	Soma 5 maiores IDH-M Rio de Janeiro	205.107	215.656.991,00
São Paulo	Barra do Chapéu - SP (0,646)	691	847.578,00	Águas de São Pedro - SP (0,908)	31	19.952,00
	Barra do Turvo - SP (0,663)	852	932.311,00	Jundiaí - SP (0,857)	6.723	6.915.022,00
	Itaóca - SP (0,65)	330	409.341,00	Santos - SP (0,871)	6.834	7.518.331,00
	Itapirapuã Paulista - SP (0,645)	446	539.289,00	São Caetano do Sul - SP (0,919)	1.007	772.427,00
	Ribeirão Branco - SP (0,649)	1.986	2.573.091,00	Vinhedo - SP (0,857)	622	578.965,00
Total	Soma 5 menores IDH-M São Paulo	4.305	5.301.610,00	Soma 5 maiores IDH-M São Paulo	15.217	15.804.697,00
Minas Gerais	Bonito de Minas - MG (0,58)	1.253	1.611.754,00	Belo Horizonte - MG (0,839)	69.421	70.095.296,00
	Indaiabira - MG (0,571)	909	1.125.471,00	Divinópolis - MG (0,831)	5.111	4.103.287,00
	Monte Formoso - MG (0,57)	561	725.977,00	Poços de Caldas - MG (0,841)	3.152	2.827.370,00
	Pai Pedro - MG (0,575)	813	947.193,00	São Lourenço - MG (0,839)	2.256	2.042.308,00
	Setubinha - MG (0,568)	1430	1.852.614,00	Uberaba - MG (0,834)	5.597	5.299.570,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Minas Gerais	4.966	6.263.009,00	Soma 5 maiores IDH-M Minas Gerais	85.537	84.367.831,00
Espírito Santo	Água Doce do Norte - ES (0,659)	1.755	2.088.204,00	Guarapari - ES (0,789)	4.171	3.893.604,00
	Alto Rio Novo - ES (0,679)	732	876.420,00	Iconha - ES (0,79)	703	651.833,00
	Pancas - ES (0,667)	2.532	3.032.752,00	Santa Teresa - ES (0,789)	1.349	1.388.337,00
	Pedro Canário - ES (0,673)	2.611	2.920.862,00	Vila Velha - ES (0,817)	9.195	10.661.417,00
	Presidente Kennedy - ES (0,674)	1043	1.258.542,00	Vitória - ES (0,856)	9.341	10.461.450,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Espírito Santo	8.673	10.176.780,00	Soma 5 maiores IDH-M Espírito Santo	24.759	27.056.641,00
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS						

TABELA 10 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DE BENEFICIÁRIOS PARA OS 5 MUNICÍPIOS DE MENOR E DE MAIOR IDH-M DO SUL (2010)

2010						
Sul	5 menores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse	5 maiores IDH- M	Nº de Beneficiários	Repasse
Santa Catarina	Calmon - SC (0,7)	398	498.884,00	Balneário Camboriú - SC (0,867)	856	880.053,00
	Campo Belo do Sul - SC (0,694)	660	696.043,00	Blumenau - SC (0,855)	2.714	2.997.194,00
	Cerro Negro - SC (0,686)	432	543.689,00	Florianópolis - SC (0,875)	5.610	5.927.908,00
	Entre Rios - SC (0,694)	402	481.838,00	Joaçaba - SC (0,866)	521	493.306,00
	Timbó Grande - SC (0,68)	683	772.364,00	Joinville - SC (0,857)	5.376	5.160.143,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Santa Catarina	2575	2.992.818,00	Soma 5 maiores IDH-M Santa Catarina	15.077	15.458.604,00
Rio Grande do Sul	Barros Cassal - RS (0,695)	956	835.185,00	Bento Gonçalves - RS (0,87)	1.032	775.475,00
	Benjamin Constant do Sul - RS (0,666)	244	305.968,00	Carlos Barbosa - RS (0,858)	165	134.389,00
	Braga - RS (0,703)	346	401.028,00	Caxias do Sul - RS (0,857)	7.503	7.315.230,00
	Lagoão - RS (0,674)	667	698.921,00	Porto Alegre - RS (0,865)	36.130	39.172.408,00
	São José do Norte - RS (0,703)	3.110	3.314.697,00	Selbach - RS (0,856)	148	144.556,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Rio Grande do Sul	5323	5.555.799,00	Soma 5 maiores IDH-M Rio Grande do Sul	44.978	47.542.058,00
Paraná	Doutor Ulysses - PR (0,627)	821	1.017.374,00	Curitiba - PR (0,856)	42.747	41.887.070,00
	Imbaú - PR (0,646)	1.215	1.156.569,00	Entre Rios do Oeste - PR (0,847)	101	79.088,00
	Mato Rico - PR (0,64)	541	621.217,00	Maripá - PR (0,845)	78	57.322,00
	Ortigueira - PR (0,62)	2.950	3.226.288,00	Pato Branco - PR (0,849)	2.300	2.439.942,00
	Reserva - PR (0,646)	2.304	2.381.886,00	Quatro Pontes - PR (0,851)	41	48.822,00
Total	Soma 5 menores IDH-M Paraná	7831	8.403.334,00	Soma 5 maiores IDH-M Paraná	45.267	44.512.244,00
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS						

TABELA 11 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO IDH-M E NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS														
	MUNICÍPIOS DE MENOR IDH-M							MUNICÍPIOS DE MAIOR IDH-M						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação	Índice de Correlação
Goiás	0,4181	0,4403	0,1575	0,2047	0,1384	0,1112	0,1344	0,3829	0,4174	0,4104	0,4328	0,4330	0,4242	0,4226
Mato Grosso	-0,4637	0,1158	0,1575	0,2165	0,2906	0,0811	0,1941	-0,3888	0,4078	0,4036	0,4125	0,4052	0,4422	0,4262
Mato Grosso do Sul	0,0558	-0,1281	0,6591	0,7595	0,9206	0,8536	0,8228	0,2459	0,1084	0,0774	0,0796	0,0769	0,1162	0,1125
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-0,1713	-0,2333	-0,2734	-0,2642	-0,2813	-0,2782	-0,6161	0,9210	0,9237	0,9199	0,9203	0,9218	0,9242	0,9168
Piauí	0,1872	0,6173	0,9220	0,9316	0,8817	0,9224	0,8705	0,9450	0,9514	0,9491	0,9521	0,9532	0,9984	0,9475
Ceará	-0,1227	-0,2320	-0,2614	-0,2346	-0,2177	-0,1667	-0,1704	0,9628	0,9582	0,9689	0,9674	0,9650	0,9991	0,9675
Rio Grande do Norte	-0,3613	-0,4875	-0,0564	0,0903	0,1097	0,1155	0,0198	0,9617	0,9614	0,9675	0,9599	0,9526	0,9661	0,9761
Paraíba	-0,6869	0,9743	-0,4279	-0,2757	-0,3934	-0,1275	-0,3765	0,4676	0,4852	0,5245	0,5275	0,4953	0,6385	0,6401
Pernambuco	0,5245	0,1986	0,4471	0,4917	0,4649	0,3360	0,2754	-0,6621	-0,6531	-0,4818	-0,5168	-0,4875	-0,5043	-0,5623
Alagoas	-0,8307	-0,7379	-0,7406	-0,6961	-0,7051	-0,6818	-0,6652	0,8077	0,7867	0,8083	0,8120	0,8101	0,8167	0,8133
Sergipe	-0,3084	-0,2223	-0,2145	0,3603	-0,4070	-0,3724	-0,3647	0,9722	0,9427	0,9104	0,9175	0,9152	0,8953	0,8886
Bahia	0,7263	0,7044	0,5545	0,5311	0,5521	0,4636	0,4594	0,8684	0,8653	0,8461	0,8457	0,8404	0,8618	0,8576
Acre	0,4225	0,3807	0,3525	0,3603	0,3524	0,3451	0,3371	0,9615	0,9599	0,9703	0,9748	0,9761	0,9751	0,9754
Amazonas	-0,1318	-0,2872	0,0069	0,0747	-0,0016	-0,1322	-0,2205	0,8402	0,8359	0,8398	0,8397	0,8384	0,8365	0,8368
Roraima	0,3812	0,3657	0,5813	0,5518	0,1652	0,3874	0,4594	0,9668	0,9724	0,9757	0,9757	0,9758	0,9750	0,9729
Rondônia	-0,4047	-0,0590	-0,0650	-0,0900	0,0200	-0,2667	-0,2698	0,2809	0,3029	0,2191	0,1842	0,1634	0,1790	0,1744
Pará	0,2832	0,2006	0,3592	0,1375	-0,0080	-0,0202	-0,1257	0,9546	0,9664	0,9638	0,9676	0,9692	0,9673	0,9661
Amapá	-0,4387	-0,3368	0,3832	0,3896	0,3564	0,4013	0,3452	0,7183	0,7612	0,8091	0,9029	0,9054	0,8856	0,8867
Tocantins	-0,6473	-0,6693	-0,6543	-0,6601	-0,6451	-0,6112	-0,6176	0,6446	0,6692	0,6988	0,7010	0,7366	0,7454	0,6967
Rio de Janeiro	-0,4170	-0,4254	-0,4220	-0,4004	-0,4048	-0,4072	-0,4306	0,2419	0,2862	0,2408	0,2185	0,2032	0,2049	0,2073
São Paulo	0,0920	0,1311	0,0682	0,0585	0,0250	0,1725	0,0791	-0,5706	-0,5620	-0,5465	-0,5515	-0,5726	-0,5721	-0,5662
Minas Gerais	0,2905	0,3231	0,2232	0,2142	0,0503	0,1829	0,1114	0,2434	0,2234	0,2360	0,2356	0,2375	0,2510	0,2586
Espírito Santo	0,4424	-0,1061	-0,6140	-0,5300	-0,4826	-0,3884	-0,4519	0,6800	0,7735	0,8375	0,8262	0,8051	0,7213	0,8404
Santa Catarina	-0,2942	-0,5501	-0,5349	-0,3909	-0,3181	-0,5838	-0,5315	0,0378	-0,5501	-0,1193	-0,1980	-0,2335	0,1110	0,0416
Rio Grande do Sul	0,5588	0,5927	0,5740	0,5591	0,5753	0,5190	0,5290	0,3271	0,5927	0,3171	0,3064	0,2999	0,2738	0,3028
Paraná	-0,7107	-0,5609	-0,3098	-0,2531	-0,3956	-0,3373	-0,3256	0,8535	-0,5609	0,3171	0,8541	0,8550	0,8531	0,8534
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MDS														

